

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
José Víctor Honorato de Jesus Cesar

Visões Cruzadas: olhares ao Plano Cruzado

Taubaté
2020

José Víctor Honorato de Jesus Cesar

Visões Cruzadas: olhares ao Plano Cruzado

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a graduação em
História, pela Universidade de Taubaté

Área Concentração: História
Orientador: Prof. Dr. Edson Trajano Vieira

**Taubaté
2020**

Visões Cruzadas: olhares ao Plano Cruzado

**Grupo Especial de Tratamento da Informação – GETI
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBi
Universidade de Taubaté - UNITAU**

C421v Cesar, José Víctor Honorato de Jesus
Visões cruzadas : olhares ao Plano Cruzado / José Víctor Honorato de Jesus Cesar. -- 2020.
56 f. : il.

Monografia (graduação) - Universidade de Taubaté,
Departamento de Ciências Sociais e Letras, 2020.
Orientação: Prof. Dr. Edson Trajano Vieira, Departamento de Ciências Sociais e Letras.

1. Reforma monetária – Brasil. 2. Brasil – Política e governo – 1985-1990. 3. Economia – História – Brasil. I. Universidade de Taubaté. Departamento de Ciências Sociais e Letras. Curso de História. II. Título.

CDD – 330.981

AUTOR: JOSÉ VÍCTOR HONORATO DE JESUS CESAR

Visões Cruzadas: olhares ao Plano Cruzado

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ, TAUBATÉ, SP

Departamento de Ciências Sociais e Letras – Curso de História

Data: _____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edson Trajano Vieira

Assinatura: _____

Prof. Dr. Moacir José dos Santos

Assinatura: _____

Prof. Dr. Isnard de Albuquerque Câmara Neto

Assinatura: _____

À memória de Neil Peart

Agradecimentos

Lembro-me com muito carinho de momentos que destacam muito bem a importância de tantas pessoas ao longo de toda minha vida, em especial durante a graduação.

Começo por Júlia. Antes de as aulas começarem, ela veio e fez o gesto mais puro e simbólico que pude ter: me deu de presente o material necessário e disse: “Professor tem que ter estojo e caneta!”. Sem ela e sua família - Geisa e Gilda -, nem a matrícula eu teria condições de fazer. O olhar, o carinho e a sinceridade daquele momento irei levar para a vida toda.

O sem-número de gestos como esses, de pessoas como ela, estão constantemente em minha mente.

Margarida, uma segunda mãe, me acolheu e me fez, de fato, ser gente! Sem ela, não teria graduação; não teria nada!

Professora Chris! Suas inesquecíveis aulas e todo o seu cuidado comigo, fizeram total diferença.

O período da graduação foi, com muita certeza, uma época intensa a ser vivida, em diversos aspectos. Não foi o mais confortável dos cenários ou o melhor dos mundos de Cândido.

Nesses momentos, se destacam as pessoas pelas quais realmente nos querem bem, nos acolhem, nos ajudam, nos confortam, de qual forma que for, mas sempre com pureza.

É nesses momentos, também, que se destacam aqueles que verdadeiramente nos marcam e deixam mais leves.

Pessoas, dias, sentimentos, águas... Por essência, tudo passa, nos marca, de alguma forma e vai embora.

A constante da vida é a impermanência - de absolutamente tudo.

Porém, nos transformam!

Este trabalho encerra uma fase de importância inestimável e ele traz a marca todos aqueles que de alguma forma contribuíram com o fato de ter essa oportunidade.

Com total honestidade, valeria um capítulo dedicado a nomes de todas as pessoas.

Sem exagero. Realmente, sou uma pessoa de sorte. A importância é a mesma, e, principalmente, a quem agradeço por terem sido parte desta jornada, verdadeiramente, já sabem e se sentem parte disso.

Personagens que se tornaram uma família que sonhei ter.

Personagens que são, em essência, mulheres!

(Prof. Jorge também tem o seu lado feminino super aflorado!)

plus ça change, plus c'est la même chose
Jean-Baptiste Alphonse Karr

Resumo

O “Plano de Estabilização Econômica (PEE)” conhecido popularmente como “Plano Cruzado”, foi um plano econômico brasileiro criado durante o governo de José Sarney em 1986. O principal objetivo desta pesquisa é analisar as interpretações desse período de enorme efervescência nacional, o nascimento da Nova República e seu problema inflacionário a ser resolvido, inicialmente, com o fatídico Plano Cruzado. Por meio da revisão bibliográfica, da coleta de entrevistas e recortes midiáticos, guiaremos esta pesquisa com a hipótese de que o Plano Cruzado foi mais que um plano de estabilização, um choque heterodoxo: era, além, uma questão de legitimação política, que não ficou preso à modelos econômicos, a interpretações intelectuais da problemática inflacionária que devastou o país. O Cruzado marca um processo histórico longo e complexo que não termina com conceitos econômicos. Esta pesquisa estima que se observe como diversas visões, teses, interpretações, intenções privadas, sentimentos de agentes e autoridades econômicas se cruzam em um Plano que pretendia resgatar a economia brasileira da década de 1980 e legitimar um governo que caminhava, logo em seu nascimento, ao fracasso.

Palavras-chave: Plano Cruzado, Nova República, História Econômica Brasileira.

Abstract

The “Plano de Estabilização Econômica (PEE)” popularly known as “Plano Cruzado”, was a Brazilian economic plan created during the government of José Sarney in 1986. The main objective of this research is to analyze the interpretations of this period of enormous national effervescence, the birth of the New Republic and its inflationary problem to be solved, initially, with the fateful Cruzado Plan. Through bibliographic review, collection of interviews and media clippings, we will guide this research with the hypothesis that the Cruzado Plan was more than a stabilization plan, a heterodox shock: it was, in addition, a matter of political legitimation, which was not tied to economic models, to intellectual interpretations of the inflationary problem that devastated the country. The Cruzado marks a long and complex historical process that does not end with economic concepts. This research estimates that it is possible to observe how different views, theses, interpretations, private intentions, feelings of agents and economic authorities intersect in a Plan that intended to rescue the Brazilian economy of the 1980s and legitimize a government that was walking, right at its birth, to failure.

Keywords: Cruzado Plan, New Republic, Brazilian Economic History.

Lista de ilustrações

Figura 1 – Demonstração da Curva de Philips	20
Figura 2 – Trecho de reportagem do Jornal Nacional sobre a interdição de um supermercado em Curitiba, onde um homem, revoltado com a remarcação de preços, assume o papel de fiscal em defesa do Plano Cruzado	34
Figura 3 – Adalberto Teles da Silva, a cunhada Maria de Lourdes e os filhos se manifestam na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte (MG); eles eram Fiscais do Sarney, ou seja, fiscalizavam o congelamento de preços, uma das medidas do Plano Cruzado	35

Lista de abreviaturas e siglas

BC	Banco Central
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
FIESP	Federação da Indústria de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
MIT	Massachusetts Institute of Technology
PDS	Partido Democrático Social
PEE	Plano de Estabilização Econômica
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND	Programa Nacional de Desestatização
PUC	Pontifícia Universidade Católica

Sumário

	INTRODUÇÃO	12
	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	14
1	O PODER, A INFLAÇÃO E A ORIGEM DAS IDEIAS	16
1.1	DE ONDE SURGEM AS IDEIAS ECONÔMICAS?	17
1.2	O GRUPO DA PUC	18
1.3	OS PASSOS DE JOSÉ SARNEY	24
1.4	O PLANO NA MESA	27
2	VISÕES CRUZADAS	33
3	VISÕES OFUSCADAS	41
3.1	O ESTILO SARNEY	45
3.2	NÃO HÁ MARGEM PARA ERRO	50
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
	Referências	55

INTRODUÇÃO

Uma constante característica deste país é, por mais paradoxal que seja a afirmação, a instabilidade em todos os aspectos, essencialmente no campo da política. Basta observar uma conversa de corredor, com qualquer sujeito, que logo essa notável temática entrará na pauta de assuntos. Isso compreende o descompasso na economia, os longos períodos de desgovernos, as desventuras e corrupção na coisa pública. Assunto não falta; talvez não falte, ainda, por um bom tempo. Os anseios populares não são correspondidos, são golpeados com uma imparcialidade extraordinária: os baques vêm à esquerda e à direita. Muito se ouve, nessas mesmas conversas, uma certa descrença com a política. A incredulidade carrega consigo o cansaço nas experiências históricas. Simplesmente, é da boca para fora. No fundo, nos importamos demais e há profunda esperança de que, um dia, a coisa ande. A esperança permanece, de plano em plano, de ajuste em ajuste, de reforma em reforma.

Com essa brevíssima reflexão acerca tanto do impacto popular das políticas públicas e econômicas, como também da esperança e da mágoa geral da nação, surge a proposta inicial desta pesquisa: quais as ideias, efeitos, interesses e conflitos por trás do Plano Cruzado?

Talvez por ser o primeiro de grande escala ao que compreende o período da Nova República, o Plano Cruzado moveu multidões. Ser um “fiscal do Sarney” era mais que uma tarefa de poder ir às compras sem surpresas, tendo em mãos uma tabela da Sunab, tratava-se, pois, de uma honra. Era, para seus apoiadores e esperançosos, literalmente um ato de absorver o espírito de mudança. A estabilidade de um governo nascido de forma inusitada dependia do sucesso da economia, sendo entregue já em decadência ao novo governo.

Apontamos, aqui, que o Plano Cruzado inegavelmente afetou a vida de milhões de pessoas em sua época. Mais do que isso, assim como todos os planos econômicos aplicados no último centenário brasileiro, o Cruzado teve um imenso impacto nas relações de mercado, bem como no organismo social - na vida cotidiana. Por força deles, congelamentos e confiscos entraram no cotidiano dos brasileiros. Neste aspecto, vale destacar que há diversos conflitos internos e externos, interesses políticos e privados, revoltas, esperanças e mágoas sociais posteriores, os quais são parte da hipótese e alicerce desta pesquisa.

Ao olhar para os mais de 30 anos de distância, podemos testemunhar a pesada bagagem que um conjunto de decretos-leis carregam, cujas características foram essenciais para a formação do novo momento econômico nacional no longo-prazo. Tratava-se, pois, de um novo Brasil.

Nesta pesquisa, o primeiro capítulo pretende compreender, de forma concisa, a problemática inflacionária da década de 80 e sua influência na concepção do Cruzado. Mais ainda, se investiga a organização das ideias e das redes intelectuais que se debruçaram sobre a problemática e, por seguinte, na montagem de uma solução. Em sequência, a

análise é voltada ao nascimento de um novo governo, da ascensão de um presidente em busca de legitimação, José Sarney. Conclui-se com o estudo da conclusão primária das personagens e teses apresentadas em um Plano, cujas perspectivas e anseios se sintetizaram no Decreto lei nº 2.283, de 28 de fevereiro de 1986. Desta forma, são investigadas as turbulências do período, ligando-os à necessidade que movera a interpretações e soluções no que se finalizara no Plano Cruzado.

O segundo capítulo é dedicado ao comportamento do Plano durante o seu tempo em vigor. Objetiva-se entender suas características fundamentais, suas modificações ao longo do ano de 1986. Nos relatos de seus criadores, procuraremos entender seus comportamentos, suas alianças, conflitos e motivações que tanto transformaram a resolução da problemática inflacionária em um projeto que transcende as teses estritamente econômicas.

O terceiro capítulo compreende a queda do Cruzado. São ressaltados os motivos que levaram às rachaduras do plano, conforme a análise dos conflitos internos e externos do Plano, bem como uma análise de seus problemas estruturais, além de sua repercussão já em descrença nas ruas, no mercado e, evidentemente, dentro do próprio governo. Trata-se de questionar, parafraseando o título da fundamental de uma obra sobre o tema, por que não deu certo, com ênfase nos conflitos das próprias redes das autoridades monetárias, econômicas e políticas.

Desta forma, o objetivo desta pesquisa é debruçar sob as interpretações deste período de enorme efervescência nacional. A hipótese que guiou esta pesquisa está em notar que o Cruzado era mais que um plano de estabilização, era, pois, uma questão de legitimação política, cujas pretensões de um governo, de sua burocracia e de seus próprios criadores tomaram partido, agindo em conformidade ou em revolta. De forma específica, pesquisa-se as relações internas, através de depoimentos e aparições midiáticas, que interferiram diretamente no plano, essencialmente durante o seu vigor.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa será constituída com auxílio das ferramentas que caracterizam o novo momento da Historiografia, cujas reflexões tornaram possíveis, nos últimos tempos, construir uma interpretação dos processos históricos desenvolvidos sob novos meios, como a utilização de jornais impressos e entrevistas.

A memória é fundamental. Tais fontes servem tanto com instrumento de investigação dos fatos quanto como uma forma de entender os anseios, sentimentos e afins. Assim sendo, ocorre a investigação do fato histórico de forma ampla. Este trabalho é um eco - uma compilação - das vozes dos pais do Cruzado.

Como referencial teórico, esta pesquisa tem como base a sintetização da História Econômica brasileira organizada por Werner Baer em *A Economia Brasileira*, dando-nos o alicerce na compreensão macroeconômica no recorte destacado, desde a sumarização dos indicadores econômicos e com a definição dos conceitos inflacionários e suas derivações até a compreensão do processo histórico,. (BAER, 2009). Como base dos depoimentos, utilizam-se das obras “O Dia Da Lagarta”, “Por Que Não Deu Certo”, “Vinte Anos de Plano Cruzado”, “Aventura E Agonia: Nos Bastidores Do Cruzado” e o artigo “Os intelectuais do Plano Cruzado”. Os dados extraídos destes testemunhos serão concatenados conforme a disposição dos capítulos e os seus assuntos tratados. Assim sendo, estima-se uma ampla compreensão dos impactos em microescala – do comportamento dos agentes econômicos e políticos. Cada fonte, pois, terá um papel fundamental. Nesta concepção, uma própria entrevista é, de fato, material empírico por si mesmo, a ser interpretado por esta pesquisa. As entrevistas realizadas por cronistas e jornalistas à época do recorte temático, bem como a mídia impressa e televisiva, por meio do compilação de fonte primária residida no portal Memória Globo, *Jornal do Comércio* e *Correio de Notícias* (com reportagens deste veículo) a ser utilizada aqui, primordialmente, terão a função de fornecer à pesquisa uma perspectiva direta dos agentes envolvidos na concepção e atuação do Plano. A intenção desta pesquisa é, portanto, dar voz, compará-las e reunir, desta forma, as interpretações do que foi o momento do apogeu à queda do Plano Cruzado.

Tratando-se, portanto, de uma monografia dedicada à História, o enfoque não está em destacar explicações ao fenômeno inflacionário - personagem fundamental -, como um (discurso) verdade, ou concluir sobre erros estruturais do Plano; o destaque deste projeto está justamente na exposição de divergentes visões, conflitos e interesses dos próprios atores deste projeto, desde suas ideias iniciais até o seu fim. Experimenta-se neste trabalho, conforme grande parte do material analisado, um jogo entre História, dado os fatos históricos assistidos pela História Econômica e a Memória das personagens aqui estudadas. Cruza-se, nas visões, as percepções individuais, as lembranças que aos atores se destacam e a construção da narrativa também por eles realizada. Um grande passo foi dado, ainda que o cruzado teria seu fracasso a caminho, ainda que bem concebido, mas

suscetível ao passo populista imposto pelas mãos de um regime guiado intensamente em direção a sua legitimação.

1 O PODER, A INFLAÇÃO E A ORIGEM DAS IDEIAS

Quando, a início de 85, completou-se a transição democrática, o Brasil estava afogado no mar da hiperinflação. Afinal de contas, como compreender um processo tão complexo? Para isso, este primeiro capítulo se dedica na observação dos intelectuais por trás dos esforços em compreender a problemática econômica brasileira, suas coalizões, comportamentos e afins. Bem como tratará do nascimento do governo Sarney, profundamente ligado, pois, à construção de um novo país.

Antes, porém, se faz necessário compreender o que os intelectuais e governantes deste Brasil pós-regime militar estavam buscando. A quem interessava compreender tal fenômeno? Afinal, a chave para a compreensão do Cruzado nesta pesquisa é debruçar-se sob o intenso debate de correntes econômicas, essencialmente presente nas academias brasileiras. Mais ainda, o que sancionava, o que mantinha e o que acelerava os mecanismos inflacionários e a sua relação com as práticas governamentais que baseiam esta pesquisa, portanto, aos sujeitos a serem assistidos.

Afinal, o que é, de forma sucinta, a Inflação? Compreender sua origem, em cada caso, em cada período, é um desafio, combatê-la, se preciso, é ainda mais complexo. A primeiro momento, faz-se necessário para seguirmos uma ideia que sintetize este conceito.

Existem várias definições a respeito da inflação, mas a mais simples e clara define-a como a elevação contínua do nível de preços, isto é, uma taxa contínua de crescimento dos preços num período determinado. Deve ficar com isto claro que um aumento de preços, por uma única vez, não pode ser considerado inflação. Precisa-se de um aumento contínuo, mesmo que este não seja de igual magnitude ao longo do tempo. (MORAN; WITTE, 1990, p.122)

Existem diversas explicações ao fenômeno inflacionário, sendo definidos segundo as diversas escolas de pensamento econômico, como afirmam Witte e Moran:

Além se buscar uma definição mais precisa para a palavra inflação, também deve-se dedicar a estudar as categorias de inflação que podem ser inflação de demanda, quando existe um excesso de moeda em relação aos bens e serviços disponíveis; de custos, quando ocorre por uma elevação salarial, expansão dos custos de matéria prima e pela elevação dos lucros; estruturalista, quando ocorre a inflação que se apóia em fatores estruturais básicos, de raízes mais profundas que as de fatores meramente circunstanciais ou causais. Ainda temos a inflação inercial, que ocorre devido ao efeito das expectativas inflacionárias que podem ser do tipo adaptativa ou racional. (MORAN; WITTE, 1990, p.122)

Historicamente, podemos observar que na década de 1950, a teoria de uma inflação inercial teve a introdução de conceitos fundamentais, como o estrangulamento da oferta e, por sequência, a elevação setorial dos preços, além dos efeitos propagadores gerais da inflação, levando a elevação dos preços para o resto da economia. Como observa Santos (2011), já na década de 1960 inovações foram feitas no estudo da inflação, como o caráter endógeno da oferta de moeda, o conceito de inflação oligopolista e a observação do fenômeno inflacionário como um mecanismo de defesa da própria economia, haja visto a crise crônica de insuficiência de demanda. Em nosso recorte, na década de 1980, a teoria de que a inflação presente é a reprodução da inflação passada e que se perpetua através

do tempo pela indexação formal e informal dos preços, ganha corpo. Em síntese, a tese central é que o conflito distributivo não apenas existe como também é o responsável por este processo de indexação. (SANTOS, 2011, p.12)

A questão em comum entre a origem das ideias que guiaram o Cruzado residia na construção da interpretação denominada, a frente, heterodoxa. As suas respostas frente à ortodoxia - dominante na política econômica desde 1964 - afirmavam que ela estaria limitada a um princípio que já não mais explicam a situação de meados de 1984, a de que a causa da inflação é sempre o déficit público, isto é, o governo gasta mais do que recebe e, para cobrir a diferença, emite moeda e títulos da dívida. (SARDENBERG, 1987, p.15)

Assim observado entre os autores, a teoria da inflação inercial surgiu com o problema da estagflação, ou seja, inflação e recessão concomitantes, que não fora bem explicado pela corrente ortodoxa. O modelo construído para explicar o fenômeno da estagflação (a teoria da inflação inercial) tinha como pressuposto o desemprego associado a uma certa capacidade ociosidade da economia e não parte de uma situação de inflação zero, ou seja, admite que existe uma certa taxa de inflação corrente, como veremos ao decorrer da pesquisa.

Dada uma introdução ao conceito de Inflação e a importância de compreendê-la e, no caso do recorte histórico deste trabalho, a necessidade de resolvê-la, podemos ir adiante na busca da construção do pensamento que guiaria o início da política econômica da Nova República.

1.1 DE ONDE SURGEM AS IDEIAS ECONÔMICAS?

O Cruzado teve como base os pensamentos que seriam sintetizados em uma Teoria Inercialista de Inflação. A frente, será demonstrado a construção desta teoria, com base em depoimentos dos próprios autores em época. Porém, para começarmos a observar as visões cruzadas, precisamos observar que a Inflação, no caso brasileiro da década de 1980, tornara-se um problema, o qual deveria ser solucionado com perspectivas novas, heterodoxas, dada a constante falha - observada exatamente no contínuo inflacionário das práticas ortodoxas. Há de ser enfatizado que esta afirmação compreende a visão dos próprios autores os quais iremos analisar adiante. Não se pretende, neste trabalho, obter uma verdade acerca da solução do problema inflacionário, essencialmente ao olharmos com décadas de distância. Seria, pois, um anacronismo.

O olhar deste trabalho é dedicado, exclusivamente, às visões que se encontrariam no Plano Cruzado.

Os planos econômicos aplicados ao Brasil no período 1970-1990 são baseados nos planos heterodoxos da Teoria Inercialista da Inflação. É imprescindível fazer a distinção conceitual entre o choque e a tendência. Choque é a ação dos agentes econômicos que altera os preços relativos na economia: Por exemplo, a variação da taxa de câmbio, que

é um macro-preço relativo. Tendência é aquela parte da inflação que não é explicada pelos choques, também é chamada de inflação pura. As teorias que explicam a tendência: Expectativas e Inercia, as expectativas realizam uma projeção à trajetória futura da inflação (choque ortodoxo) para reverter as expectativas. A escola inercialista argumenta o custo social, justificando o combate inflacionário menos concentrador da renda. Os choques heterodoxos sustentam-se no congelamento de preços, o objetivo é ser neutro, difere do choque ortodoxo. Ele tem a peculiaridade de não ser avisado para romper com as expectativas de indexação. (MORAN; WITTE, 1990; MORAN; WITTE, 1993)

O objetivo destes intelectuais, o qual iremos conhecer a frente, residia em explicar uma inflação que permanecia estável por vários anos em patamares elevados independentemente da existência de excesso de demanda. Para isso, discutiram os fatores mantenedores, aceleradores e sancionadores da inflação. Era algo novo, todo o foco, até então, era nos fatores aceleradores. (PEREIRA, 1996)

Os monetaristas afirmavam que a inflação era pelo acelerado aumento da quantidade nominal de moeda. Os keynesianos atribuíam-na ao excesso de demanda em relação à oferta agregada; os estruturalistas, a estrangulamentos na oferta e aos efeitos propagadores dos aumentos setoriais de preços; os administrativistas ao poder monopolista de empresas, sindicatos e do próprio governo, que eram capazes de impor choques constantes de preços os quais, em seguida, se propagavam para o resto da economia. Todos os modelos partiam do pressuposto de que a inflação era zero. A partir desse pressuposto, as teorias procuravam explicar por que quando a inflação deixava de ser zero, acelerava-se. (MORAN; WITTE, 1990)

De modo a sintetizar a formação dos intelectuais e seus grupos que se dedicariam a compreender a Inflação brasileira da década de 1980, divide-se a seguir em duas partes as principais redes que se debruçaram sobre o problema inflacionário pré-cruzado e durante a sua condução: a formação do núcleo da Pontifícia Universidade Católica - PUC e as intuições de Bresser Pereira e, seu parceiro nesta pesquisa, Yoshiaki.

1.2 O GRUPO DA PUC

O grupo de economistas da PUC-RJ envolvido na compreensão do problema inflacionário brasileiro e na formulação de alternativas concretas de estabilização para o Brasil pode ser facilmente identificado. Ele foi criado no início dos anos 1980, logo após o retorno de Pérsio Arida e de André Lara Resende dos Estados Unidos, onde cursaram doutorado em Economia no Massachusetts Institute of Technology (MIT).

Na PUC-RJ, eles se juntaram a outros três expertos em estabilização também treinados em universidades norte-americanas — Francisco Lopes (Harvard), Edmar Bacha (Yale) e Eduardo Modiano (MIT, Sloan Business School) — e outros poucos interessados em questões tangenciais à estabilização, como política trabalhista (José Márcio Camargo),

economia do setor público (Rogério Werneck) e questões relacionadas ao endividamento externo (Pedro Malan). (PIO, 2001). (PIO, 2001)

O diálogo entre Francisco Lopes e André Lara Resende, a início de 1984, destaca o período da formação das ideias. Chico Lopes - Francisco Lafaiete Lopes, então com 38 anos, economista pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, com mestrado, doutorado e PhD em Harvard - coordenava os cursos de pós-graduação da PUC:

Era mês de férias, julho de 1984, mas havia uma certa inquietação no terceiro andar do prédio do Departamento de Economia da PUC do Rio de Janeiro. [. . .] Olhando, ninguém poderia imaginar que se tramavam ali grandes novidades teóricas que gerariam radicais mudanças de política econômica. Mas era precisamente o que começava a acontecer. Nasciam ideias.

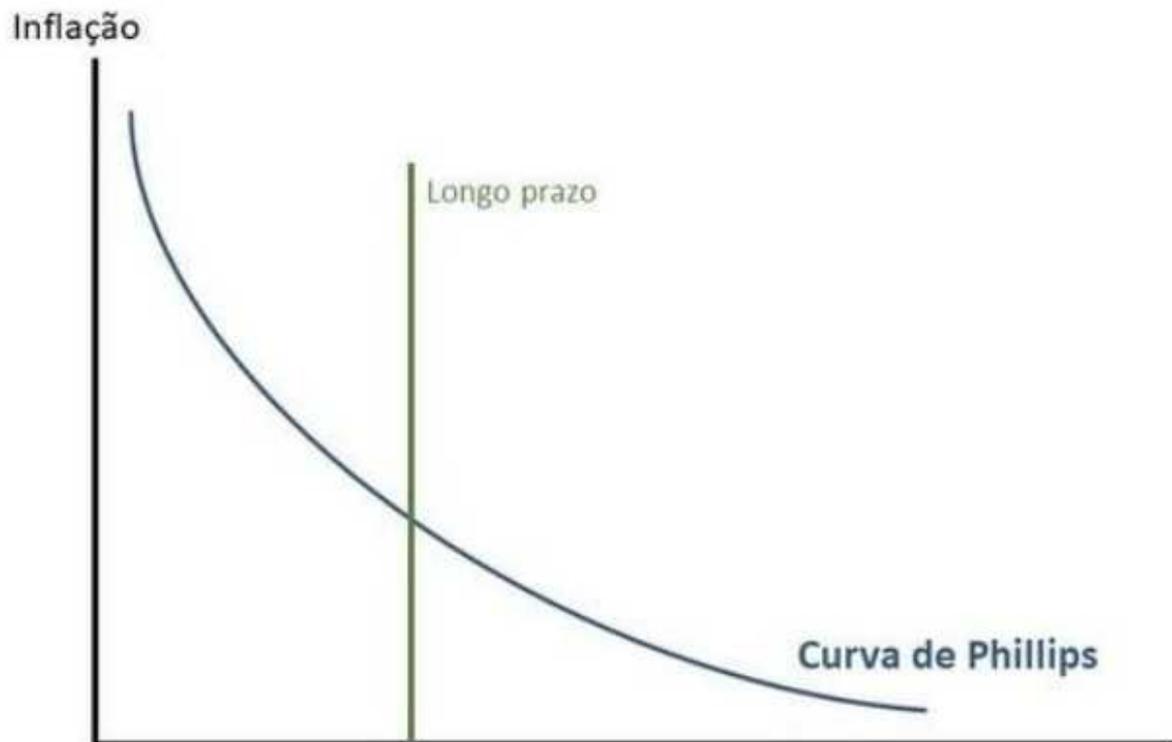
_ Chico, o Tancredo vai ganhar e vamos ser cobrados. Agora, vamos ter de dizer o que se faz com a inflação. Não podemos mais dizer que não tem jeito.

[. . .] Ali, Chico Lopes ouvia as preocupações de um ex-aluno, agora colega na PUC-Rio, André Lara Resende (SARDENBERG, 1987, p.15)

Lopes, Arida e Resende fizeram uma nova interpretação do processo inflacionário do Brasil, a partir da teoria da inflação inercial. Acabaram chegando a distintos resultados depois de muitas investigações sobre a validade da Curva de Phillips, com o intuito de explicar a escalada da inflação. Destacavam a importância dos mecanismos institucionais para explicar a falha dos programas de estabilização ortodoxos implementados no início da década de 80. (PIO, 2001; SINGER, 1987; SANTOS, 2011)

O grupo em questão realizou estudos econométricos para averiguar a capacidade que o modelo da Curva de Phillips trazia para explicar a inflação brasileira, dado que a estabilização ortodoxa não tinha apresentado resultados positivos. Assim, teoria baseada na noção de “inércia”, desenvolvida por André Lara Resende, Francisco Lopes e Pêrsio Arida, destacava a importância dos esquemas de indexação.

Figura 1 – Demonstração da Curva de Philips



Dicionário Financeiro

As perspectivas a respeito da Teoria da Inflação Inercial partiam de dois lados: André e Pêrsio propuseram uma reforma monetária para remover mecanismos de indexação em relações contratuais, enquanto Francisco propôs um sistema de congelamento ao invés de reforma monetária. Essas diferentes perspectivas podem ser consideradas heterodoxas, já que lançavam mão de algo mais do que apenas o controle da oferta monetária e do déficit público.

André e Pêrsio chegariam a dois caminhos possíveis que trariam êxito ao controle inflacionário inercial que transpassaria o controle ortodoxo: Francisco propunha o congelamento de preços ao invés de uma reforma monetária; André e Pêrsio, pelo contrário, focavam em remover os mecanismos de indexação em relações contratuais. A heterodoxia ali começara fugindo do caminho comum. Para os heterodoxos, a eliminação do componente inercial da inflação necessitava do uso de um artifício a coordenar as expectativas dos agentes econômicos.

A rejeição por Arida e Lara Resende de um esquema de congelamento de preços como uma forma de imobilizar as expectativas inflacionárias já era forte em sua formulação inicial. Tal artifício pretendia que os agentes econômicos não compartilhariam a expectativa de estabilidade de preços se eles pensassem que os preços dos produtos que vendem tivessem sido injustamente convertidos para a nova moeda.

O equilíbrio distributivo seria quebrado pelo congelamento de preços e a inflação tenderia então a reaparecer logo após o relaxamento dos controles administrativos (PIO,

2001)

É possível dizer que a reforma monetária, o artifício, se baseava em criar uma moeda e fazer com que os contratos vigentes para ela passasse por uma conversação voluntária preservando os preços do mercado, sendo que o Governo fixaria uma taxa de câmbio para conversões de contratos para a moeda – sem que houvessem provisões de indexação – baseada na dedução completa da inflação. Dessa forma, as conversões voluntárias para essa nova moeda seriam impulsionadas, além de que os contratos convertidos na nova moeda conteriam expectativas sobre a estabilidade dos preços, pois, funcionaria como se ela fosse indexada. Assim, os contratos convertidos estabeleceriam novos valores, tornando oferta e demanda compatíveis, e as cláusulas de indexação não existiriam mais. (SANTOS, 2011)

Portanto, a ideia central da reforma monetária era a criação de uma nova moeda, seguida de uma conversão voluntária de todos os contratos vigentes para ela, sem violar a estrutura de preços do mercado. Não seria permitido que contratos na nova moeda abrigasse provisões de indexação. O governo fixava uma taxa de câmbio para conversão de contratos na nova moeda, baseada na dedução completa da inflação. Isso criaria um forte incentivo para conversões voluntárias porque funcionaria como se a nova moeda fosse, ela própria, indexada. E os contratos — salários, preços, investimentos de capital, empréstimos, dívidas, etc. — convertidos na nova moeda conteriam expectativas sobre a estabilidade dos preços por duas razões: primeiro, os contratos convertidos estabeleceriam novos valores (entry values), tornando a oferta e a demanda compatível, e segundo, as cláusulas de indexação não mais existiriam. (SANTOS, 2011; BAER, 2009)

O fato de formarem um grupo, ainda que com pensamentos dissonantes, é a primeira característica marcante da maneira como os criadores do Plano Cruzado foram apresentados em revistas semanais à época, como encontrado nesta pesquisa. Embora dessem espaço a uma ou outra divergência pontual entre os economistas, descreveram o grupo como fundamentalmente coeso, no aspecto interno. Esta coesão inicial é confirmada em depoimentos posteriores de alguns dos economistas. A segundo aspecto da referência aos economistas diz respeito aos elementos que conferem coesão ao grupo. O primeiro elemento é óbvio: todos eram economistas e seus encontros tinham um objetivo comum – a elaboração de um plano econômico que desse fim à inflação. O segundo elemento destacado pelas revistas semanais é o trabalho incansável levado a cabo por eles. O grupo foi caracterizado como obstinado em sua dedicação à feitura do plano. No aspecto profissional, Arida é descrito, na mídia, como “o principal cérebro das modificações”. Nas matérias que discutem aspectos do plano, Arida é citado inúmeras vezes, normalmente fornecendo explicações técnicas, seja para responder a dúvidas ou críticas. Assim como outros economistas do grupo, ele é citado como um dos pupilos da economista Maria da Conceição Tavares, que ganhou grande destaque como defensora do Plano Cruzado. (FORTES, 2004)

Além disso, foi o assessor escolhido por João Sayad quando o presidente Sarney pediu ao ministro que enviasse alguém a Israel para estudar o plano de combate à inflação do país. Embora a reportagem apresente todos os economistas do grupo como intelectuais – usando, inclusive, o próprio termo intelectuais para se referir a alguns deles –, mais uma vez o destaque é Pécio Arida. São mencionados como líderes da reforma, capazes de reunir uma equipe de especialistas extremamente competente, mas não como detentores do saber técnico que capacitava cada um dos economistas por eles convidados a ser considerado um dos pais ou arquitetos do plano. Como observa Fortes (2004), é possível apreender, a partir da cobertura, uma distinção entre economistas (intelectuais técnicos) e políticos. Ela se justifica na medida em que Funaro e Sayad, por exemplo, não são apresentados propriamente como intelectuais. Eles aparecem como defensores e até mesmo explicadores de certos aspectos econômicos do plano, além de defensores e debatedores políticos, mas não são considerados “pais do Plano”.

BRESSER-PEREIRA

Como discutido no tópico anterior, a inflação tornara-se um problema a ser debruçado pelas mentes dos economistas brasileiros. Agora, faz-se necessário a apresentação histórica a participação de Luiz Carlos Bresser Pereira, personagem importante nos estudos econômicos brasileiros, na concepção de uma teoria que pudesse compreender, de uma forma lúcida a seu tempo, o problema inflacionário. Luiz Carlos Bresser-Pereira discorre que o início da década de 1980 trouxeram a necessidade de uma terapia de modo a controlar a crescente inflacionária.

O problema econômico fundamental para o Brasil, a partir de 1983, quando a taxa de inflação alcança 200% ao ano, era como controlá-la. Duas recessões e um forte ajuste fiscal que, em 1984, levaram o déficit público para perto de zero não haviam logrado a estabilização dos preços. Os economistas ortodoxos que haviam aplicado essa terapia estavam perplexos. Lembro-me bem de Afonso Celso Pastore, então presidente do Banco Central, dizer-me, no final de 1984, quando, na qualidade de presidente do Banespa (o primeiro cargo público que ocupei, no governo democrático de André Franco Montoro), lhe fiz uma segunda visita: “Bresser, não entendo o que está acontecendo. Fiz tudo para controlar a inflação, mas ela não cai.” Respondi ao excelente economista monetarista que conhecia há muito: Não cai, Pastore, porque é uma inflação indexada, autônoma da demanda. Se você houvesse lido os dois trabalhos que escrevi com o Yoshiaki e que lhe dei no ano passado, creio que você compreenderia melhor o que está acontecendo e o que é preciso fazer para acabar com esse tipo de inflação. (PEREIRA, 2010, 12)

Para continuarmos, precisamos compreender a sua jornada de estudo da inflação até este momento. Como depõe no artigo *A Inflação Decifrada*, Bresser Pereira comenta que suas ideias sobre a inflação brasileira se originavam no pensamento estruturalista latino-americano e, principalmente, nos textos de Ignácio Rangel - a quem lhe dá a qualidade de mestre e amigo. Bresser afirma: “Seu livro *A inflação brasileira* (1963), que li nos anos 1960, foi uma revelação para mim. Era um passo adiante em relação às teorias estruturalistas.” (PEREIRA, 2010, p.6)

Enquanto a teoria convencional e a teoria estruturalista da inflação supõem que esta seja, em princípio, de demanda, acelerando-se nos momentos de expansão da economia,

Rangel dava ênfase ao lado da oferta, e, supondo certo poder monopolista das empresas, afirmava que estas, diante das crises ou ameaças de crise, procuravam proteger sua taxa de lucro através do aumento administrado dos preços. Em consequência, a inflação se acelerava na recessão para acomodar as demandas dos agentes econômicos, que viam seus lucros diminuírem. (PEREIRA, 2010, p.6)

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, Bresser adotou essa visão da inflação, com o acréscimo da ideia de que o conflito distributivo era também uma parte essencial na explicação do processo inflacionário.

Em 1980, depois de ter visto a inflação dar um salto, passando de 40 para 100% ao ano, e em seguida estabilizar-se nesse nível, começou a ficar claro para mim que a teoria da inflação administrada era insuficiente para explicar o que estava acontecendo. Ao dar uma aula sobre o problema, tive, subitamente, uma intuição. A inflação tendia a se manter porque a indexação formal e informal da economia levava as empresas a aumentarem seus preços de maneira defasada, mas automática, independentemente da demanda. Só através desse mecanismo conseguiam manter sua taxa de lucro ou, em outras palavras, manter os preços relativos equilibrados de forma dinâmica. (PEREIRA, 2010; PEREIRA, 1996)

Bresser-Pereira, no entanto, não estava sozinho. Seu trabalho teórico “Fatores aceleradores, mantenedores e sancionadores da inflação”, de 1983, é produto da constante troca de ideias com seu amigo e parceiro de trabalho, Yoshiaki. Bresser comenta que Yoshiaki tem uma extraordinária capacidade de estudo, e sua cultura econômica é ampla e profunda. Dessa forma, logo após haver publicado o trabalho sobre a inflação no capitalismo de estado, convidei-o para escrevermos um trabalho teórico sobre a inflação. Trabalho esse que os tomou o segundo semestre de 1982 e o primeiro de 1983, ainda que simples, muito tempo fora levado para escrevê-lo. Bresser supõe que esse trabalho seja o fundador da teoria da inflação inercial, como podemos ler abaixo.¹

Lemos juntos muito Marx e bastante Keynes e Kalecki. [...] logo após haver publicado o trabalho sobre a inflação no capitalismo de estado, convidei-o para escrevermos um trabalho teórico sobre a inflação. O resultado foi “Fatores aceleradores, mantenedores e sancionadores da inflação” (1983) — trabalho que suponho ser fundador da teoria da inflação inercial. Nele, pela primeira vez, temos um modelo completo desse tipo de inflação. (PEREIRA, 2010, p.10)

Bresser destaca a importância do conceito de realimentação inflacionária apresentada por Simonsen, ainda em 1970, o qual atribui ao estudo a posição de pioneiro, uma combinação de concepções monetaristas e keynesianas às quais somava-se, pois, o fator inercial.

Alguns anos depois de escrever com Yoshiaki nossos principais trabalhos sobre a inflação inercial, eu descobri que Felipe Pazos havia, em 1972, publicado um livro nos Estados Unidos, *Chronic inflation*, no qual já estavam presentes muitas das ideias sobre a inflação autônoma ou inercial. Antes disso, na teoria estruturalista da inflação de Loyola (1956) e Oswaldo Sunkel (1957), já havia a ideia do processo de propagação de um aumento inicial de preços. Esses trabalhos precursores, porém, não estavam em discussão quando, em 1980, surgiu-me a ideia de uma

¹ Possui graduação em Administração de Empresas pelo Fundação Getúlio Vargas (1968) e doutorado em Master of Arts pela Cornell University (1972). Desde 1969 é professor de Economia na Fundação Getúlio Vargas.

inflação indexada, causada por aumentos defasados de preços. (PEREIRA, 2010, p.10)

Bresser faz uma comparação em seu depoimento entre a sua visão e de seu parceiro Nakano com a de Pécio, André e Chico Lopes. A primeiro momento, Bresser indica que os pensamentos se concordavam em diversos aspectos, ainda que com dúvidas na praticidade das posições. Entre André e Pécio, Bresser afirma que considerava a perspectiva teoricamente correta, mas com dúvidas acerca da operacionalidade das duas moedas - em contraponto ao congelamento. Em relação a Chico, sua posição e a de Nakano eram ainda mais próximas. Como ele, Bresser e Nakano davam uma enorme importância a revisão da mecânica defasada de reajustes do preço e ao conflito distributivo. Criticavam, juntos, a posição monetarista, em especial a de Thomas Sargent. (PEREIRA, 1996)

Bresser também afirma que o modelo de Friedman de inflação é perfeitamente compatível com a ideia de inércia. De fato, Bresser teria o seu caminho a ser trilhado adiante, com o plano o qual carregava o seu nome. Ainda que não faça parte do recorte deste trabalho, destaca-se que os pensamentos de Bresser e Nakano, suas intuições e estudos durante a pesquisa na Fundação Getúlio Vargas não estariam distanciados do outro grupo, que iria, portanto, assumir o papel de autoridade econômica no governo Sarney. Caminhavam em comum objetivo: compreender e solucionar a inflação que já não tinha um controle eficiente.

1.3 OS PASSOS DE JOSÉ SARNEY

Política e economia são filhos de uma mesma mãe. À época, rompia-se com o regime militar - ao menos em tese - e a democracia voltava. Novos ares. Simbolizava-se o fim de um sistema político controlado pelo grupo dominante militar, ainda que as eleições, partidos e Parlamento existissem.

Candidato a vice-presidente da chapa vitoriosa na eleição indireta, Sarney carecia não apenas da legitimidade que não lhe fora conferida pelas urnas, mas principalmente daquela decorrente de sua condição de ex-presidente do PDS, partido de sustentação do regime autoritário ao qual o novo governo oferecera oposição ferrenha. Abandonado pelas lideranças políticas, Sarney procurou nas ruas o apoio indispensável a um governante deslegitimado.

O lançamento de medidas econômicas de repercussão popular foi a maneira pela qual o presidente tentou granjear popularidade ao seu governo. A primeira e mais conhecida delas foi o lançamento do Plano Cruzado, em fevereiro de 1986. Exitoso em seu objetivo político, o sucesso inicial do plano heterodoxo de estabilização elevou Sarney à efêmera condição de estadista durante todo o ano de 1986, período em que atingiu os mais elevados níveis de aprovação já auferidos por um presidente brasileiro até então. (SALOMÃO, 2016, p.183)

Contudo, nada no Brasil acontece de forma sutil, tranquila e previsível. Tancredo Neves nem sequer chegou a assumir o cargo de presidente da República que estava marcado para o dia 15 de março de 1985, pois, teve que ser submetido a uma cirurgia de emergência. Assumiu o posto de presidente José Sarney, enquanto se aguardava a recuperação da saúde de Tancredo Neves. Após sete cirurgias faleceu, a 21 de abril de 1985.

A noite de 14 de março foi um choque político que temos dificuldade de reviver, hoje. Haviam-se acumulado esperanças e consolidado confiança na figura de estadista de Tancredo Neves. O processo que se devia romper, segundo o plano da Aliança Democrática, sem traumas, iniciava -se com o trauma da doença e asombra de um desastre. Assumindo nessas circunstâncias, o desafio de José Sarney era de resgatar esperanças, de reconstruir a confiança. (SARNEY, 2006, p.15)

A morte de Tancredo Neves gerou uma instabilidade política no país. Por ser o primeiro governo após o término do regime militar, havia a expectativa da desvinculação de política e militarismo, e a morte de Tancredo Neves ocasionava a possibilidade da retomada do regime militar. No entanto, o vice-presidente José Sarney, que havia assumido interinamente o cargo de presidente, tornou-se efetivamente o presidente da República a 22 de abril de 1985, dando continuidade ao processo de transição política para um governo democrático. O Brasil que emergia da queda do regime militar encarava problema de legitimidade de Sarney, o colapso externo e principalmente a inflação. Candidato a vice-presidente da chapa vitoriosa na eleição indireta, Sarney não tinha legitimidade, conquistá-la por meio da ação direta foi a sua escolha.

Liberdade de expressão, as relações externas, as relações com as Forças Armadas tinham óbvia necessidade, porém, ao que nos indicou o processo histórico, o enfoque na questão econômica era primordial. A História marca que em momentos de fragilidade, um discurso heroico e acolhedor une. Logo, o povo teria a sensação de redenção, estariam prontos a vestir a farda de Fiscal do Sarney e iriam armados com suas tabelas de preços, à guerra contra os preços, como veremos na ascensão do Cruzado.

Uma observação é pertinente: como veremos, Sarney não deve ser glorificado como herói ao articular a resolução para a complexa problemática estrutural brasileira ao assumir, tampouco como um simples vilão - friamente interessado somente na própria manutenção de seu establishment. Sarney era um governante já de longa data, mas de ascensão repentina no mais alto cargo do governo, cujas ações pretendiam conquistar legitimidade, e que iriam decorrer fortemente na estruturação e manutenção do Plano, o qual já começara, de certa forma, a ser desenvolvido antes de sua ascensão, cujos membros estavam direcionados à equipe de Tancredo, haja visto. A cruzada do Cruzado tem, em grande parte, o apogeu e a queda nas mãos de Sarney, agindo como uma figura central complexa a ser entendida, impossível de observar sob uma ótica dicotômica. (SINGER, 1987)

Eu assumi a Presidência da República porque constitucionalmente era o vice-presidente. Mas eu assumi como? Eu era um homem que não tinha poder político

nenhum, não tinha participado das negociações para a formulação do governo, não tinha participado de nenhum programa de governo, participado da campanha, um homem de um Estado pequeno, sem nenhum poder político". (SARNEY, 2006, p.77)

Os membros da equipe econômica formam um elemento central para a explicação do sucesso de qualquer programa de estabilização. Para isso, essa pesquisa recorre ao conceito de rede política, que Carlos Pio traz em seu artigo a estabilização heterodoxa no Brasil: ideias e redes políticas, que representa um conjunto de vínculos políticos, estabelecidos a partir de relações pessoais, profissionais e ou partidárias que ligavam os economistas heterodoxos da academia a indivíduos bem posicionados no sistema político, capazes de indicar seus nomes ao presidente da República ou a algum ministro da área econômica para ocupar postos relevantes na estrutura da burocracia econômica. (PIO, 2001)

O contexto sócio-político do Plano Cruzado assinala um período de transição desde o governo de Sarney, em março de 1985, com a instauração da Nova República, período de transição na confrontação do PMDB e PFL, duas forças que se opunham ideologicamente. No PFL, primava o Plano de Estabilização Ortodoxo e, no PMDB, a linha de pensamento estruturalista e keynesiana.

O Ministro da Fazenda era então Dílson Funaro que tinha estabelecido uma tabela com preços estatais, Edgar Bacha, Ministro de Planejamento aumentou as tarifas públicas. A escola inercialista da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro estimava 15% de inflação para fevereiro de 1986. No contexto do balanço de pagamentos desde o II PND, o período 1974-1978, houve superavit com uma modificação do sistema produtivo nacional e a economia foi orientada ao exterior. Ao longo de 1985, incrementou-se em 14% a massa salarial em média, o que se constitui em um grande aumento da capacidade produtiva. (MORAN; WITTE, 1990; MORAN; WITTE, 1993)

Em entrevista dada ao jornal Valor Econômico, dada aos repórteres Cláudia Safatle, Saymundo Costa e Maria Cristina Fernandes, ao início de fevereiro de 2006, Sarney expõe suas visões. Quando perguntado sobre a questão do Cruzado como processo de legitimação, Sarney afirma que logo ao começo de seu governo, preocupou-se pela economia como ponto fundamental para sua legitimação. Novamente, o contraponto aos métodos clássicos frente a recessão, buscava-se um plano heterodoxo. Sarney continua ao comentar sobre as medidas que Israel tinha tomado, buscou Sayad que, no que lhe concerne, mandaria – escondido – Pérsio Arida para conhecer pessoalmente o plano. Sarney afirma, pois, que o plano começou na pasta do Planejamento, e não na fazenda, algo que, como comenta, logo motivariam atritos. (SARNEY, 2006, 17)

Assim, podemos seguir com o encontro entre teóricos, técnicos e um governante em busca de sustentação.

1.4 O PLANO NA MESA

As ascensões de Arida e Lara podem ser creditadas em partes às redes políticas que faziam parte, como a filiação ao PMDS. Estavam na posição central da linha econômica do partido. No passado, eles tinham mantido relações profissionais, acadêmicas e pessoais com dois importantes membros do governo Sarney, João Sayad (ministro do Planejamento) e Fernão Bracher (presidente do Banco Central). Também um economista acadêmico, Sayad pressionou fortemente pela nomeação de Lara Resende e Arida para posições-chave na equipe econômica, já que via o programa “Larida” de estabilização como a solução perfeita para combinar crescimento e controle da inflação. (SINGER, 1987; SOLA et al., 1989)

A leitura das reportagens que falam sobre a elaboração do plano revela que as divergências internas do grupo foram resolvidas através de argumentos técnicos. As concessões, quando feitas, foram determinadas por políticos superiores hierarquicamente (Pazzianotto, Sayad, Funaro ou Sarney), sempre com motivação política. As razões apontadas para as decisões de Sarney e seus ministros eram obter apoio popular ou amenizar possíveis críticas.

Uma vez lançado o plano e aceitas, por parte da equipe, as decisões, todos se uniram no esforço de explicar as medidas e defendê-las frente ao público e aos críticos (políticos de oposição - e, em casos mais raros, do próprio PMDB -, à esquerda e à direita; sindicalistas; empresários). Nesta tarefa, os economistas aparecem dando as explicações técnicas, ao passo que Sarney e os ministros apresentam as justificativas políticas e conjunturais. (SARNEY, 2006) (SARDENBERG, 1987)

Tancredo iniciaria o governo com uma política financeira conservadora para ganhar credibilidade internacional. Dornelles, um ortodoxo, era sobrinho de Tancredo. Com Sayad, desenvolvimentista e Sarney, sua posição ficou cada vez mais restrita, até a sua renúncia. Sarney indicou Funaro, um industrial paulista, para a Fazenda. Funaro era íntimo ao PMDB. Trouxe dois economistas da Unicamp, que foram essenciais ao cruzado, mesmo que não conhecessem a fundo as ideias inercialistas. Mudanças na Fazenda, mudanças no BC, que foi sensivelmente alterado com a saída dos conservadores. (MORAN; WITTE, 1990; MORAN; WITTE, 1993)

Na gestão de Funaro, o Bacen tornou-se um ‘locus’ central na elaboração do programa heterodoxo, especialmente depois de outubro de 1985. Bracher foi indicado como presidente. Ele, ligado aos heterodoxos, chamou Arida para integrar a diretoria. Arida saiu do Seplan para o Bacen no final do ano. Lara assumiu a cadeira de Dívida Pública e Mercado Aberto – juros, Luis C. Mendonça de Barros para a diretoria de Capitais. Caia-se, assim, a resistência do Becen. Bracher assumiu a responsabilidade de fazer a equipe trabalhar, sob orientação de Larida. A partir de outubro, o núcleo da equipe – Seplan, Bacen e Fazenda, começou uma série de encontros para planejar a reforma monetária. Lopes foi um consultor informal até que ficou claro que o Cruzado ia sair do papel. (MORAN; WITTE,

1990; MORAN; WITTE, 1993)

O aspecto mais importante é a de que Pécio e Lara estavam subordinados ao aparato do governo. Mas eles detinham o *know how* que nenhum outro havia. Eram os únicos, por exemplo, a saber como escrever a lei, promover a reforma monetária, determinar o mecanismo para conversão de contratos e uma série de detalhes técnicos que não estavam nas mãos dos outros. Nesse ponto, a capacidade dos planejadores para manter intacta a lógica básica do programa foi sensivelmente reduzida. Como veremos nesta pesquisa, as disputas dentro da própria equipe econômica caracterizaram os processos decisório e de implementação do Plano Cruzado. (SARDENBERG, 1987) (SOLNIK, 1987)

Enfatizemos: a equipe econômica do Ministério do Planejamento diagnosticou na inércia inflacionária – fenômeno pelo qual a “memória” da inflação anterior é propagada para os preços, salários e ativos financeiros correntes através de mecanismos de indexação – o principal motivo da escalada descontrolada do custo de vida. As medidas centrais do Plano Cruzado podem ser sintetizadas em quatro pontos: (1) reforma monetária e congelamento; (2) desindexação; (3) alteração nos índices de preços; e (4) política salarial. O primeiro estabelecia o cruzado como o novo padrão monetário, em substituição ao cruzeiro. O principal mote do plano, contudo, determinava que os preços de todos os produtos e da taxa de câmbio ficariam congelados a partir do último dia de fevereiro. A figura do “fiscal do presidente”, cidadãos que se auto incumbiram de vigiar e denunciar estabelecimentos comerciais que remarcassem seus preços, conferiu grande popularidade à figura de José Sarney. (SALOMÃO, 2016, p.185)

A decisão governamental de lançar um plano heterodoxo foi, em grande parte, influenciada pelo fato de que a Argentina tinha lançado um programa semelhante, que parecia funcionar. Os economistas argentinos responsáveis pelo Plano Austral (1985) tinham trabalhado no Departamento de Economia da PUC-RJ e o seu programa foi visto como variação da proposta Lara Resende-Arida (LARida). (SOLNIK, 1987; PIO, 2001; SARDENBERG, 1987)

O PMDB, o principal partido no Congresso, adquiriu uma influência decisiva sobre as decisões econômicas. A escolha de João Sayad representou um claro desejo do presidente de conquistar o apoio do PMDB de São Paulo, representado por Ulysses Guimarães, Fernando Henrique Cardoso e pelo governador Franco Montoro. Em segundo lugar, como o governo era o resultado da aliança entre o PMDB e o PFL, e como Tancredo decidira iniciar o governo com uma política financeira conservadora, para ganhar credibilidade internacional, ele indicou Francisco Dornelles como ministro da Fazenda. Exceto pelo congelamento dos preços dos serviços prestados pelas companhias estatais, a política de estabilização de Dornelles, na primeira metade de 1985, foi claramente ortodoxa.

No entanto, uma vez que Tancredo jamais assumiu a Presidência, Dornelles perdeu o apoio político necessário para manter um rígido controle das políticas monetária e fiscal, fundamentais para uma política ortodoxa efetiva. Suas sérias divergências com a visão

desenvolvimentista de Sayad, e do próprio Sarney, foram suficientemente fortes para tornar difícil sua posição no governo. Ele renunciou finalmente em agosto de 1985, quando o presidente Sarney apoiou o novo Plano de Metas de Sayad, que implicava um aumento substancial dos gastos em programas sociais — enquanto Dornelles propunha um corte geral de 10% nas despesas do governo. Com a renúncia de Dornelles, Sarney indicou Dílson Funaro, um industrial de São Paulo, para o Ministério da Fazenda.

Funaro tinha íntimas ligações com o PMDB de São Paulo, representando uma real mudança nas políticas econômicas do governo. O novo ministro trouxe para a equipe econômica dois economistas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que dispunham de importantes credenciais políticas no PMDB — João M. Cardoso de Mello e Luiz G. Belluzzo. Eles foram também decisores-chave no Plano Cruzado, ainda que não fossem expertos em questões monetárias e políticas de estabilização. Eles também não conheciam em detalhes a natureza da proposta LArida. Finalmente, as mudanças no Ministério da Fazenda com a chegada de Funaro se refletiram obviamente nas indicações para o Banco Central (Bacen). (PIO, 2001; SOLNIK, 1987)

Sendo assim, é possível notar que aspecto mais importante do processo político por trás do planejamento e da implementação do Plano Cruzado foi que os dois expertos que primeiramente projetaram a tecnologia da reforma monetária — Lara Resende e Arida — estavam em posições subordinadas no aparato decisório do governo. Enquanto fosse apenas uma questão de planejamento, sua capacidade de controle do processo era quase absoluta, uma vez que a tecnologia que eles haviam criado não era inteiramente conhecida por nenhum dos colegas do governo.

Logo que o conjunto final de medidas foi completado, a centralidade política dos expertos chegou ao fim. Como eles ocupavam apenas cargos tecnocráticos, não tinham nenhuma autoridade para mudar as decisões que vinham de seus superiores hierárquicos, ou de políticos importantes, mesmo quando tais decisões eram totalmente contrárias à lógica básica do programa que eles haviam planejado. Desse modo, ambos os superiores na estrutura burocrática (ministros e políticos importantes) e outros tecnocratas auxiliares com conexões políticas — o caso de Belluzzo e João Manoel, os dois principais auxiliares do ministro da Fazenda — eram capazes de mudar as medidas econômicas propostas por Lara Resende e Arida. Isso é ainda mais importante quando consideramos que nenhum dos outros membros do governo, mesmo os economistas, tinha entendido a lógica básica do programa heterodoxo como Lara Resende e Arida o haviam formulado. (SOLNIK, 1987; PIO, 2001; SARDENBERG, 1987)

Em suma, foi apenas após a definição do conjunto básico de medidas pelos dois expertos que todos os outros membros do governo — não apenas os membros da equipe econômica e da coalizão política no Congresso — tiveram a chance de alterar o conteúdo do pacote. Nesse ponto, a capacidade dos planejadores para manter intacta a lógica básica do programa foi sensivelmente reduzida. A busca de acordo entre diferentes princípios

econômicos e políticos tornou-se então preponderante.

Os conflitos surgiram e foram resolvidos por meio de barganhas, como analisado. As disputas dentro da própria equipe econômica caracterizaram os processos decisório e de implementação do Plano Cruzado. A despeito da oposição de toda a equipe econômica, durante sua implementação, o Plano foi erroneamente associado com o congelamento de preços. O apoio público derivado da repentina derrubada da inflação foi importante economicamente para o governo, mas fez com que os políticos (especialmente o presidente Sarney) relutassem em abolir o congelamento de preços. (SOLNIK, 1987)

Estava claro para todos aqueles (economistas) envolvidos na implementação do programa que o congelamento de preços não poderia durar muito tempo, porque até mesmo razões climáticas — por exemplo, a redução da oferta de verduras na estação seca — ou o aumento do preço internacional de um produto importado qualquer requereriam alguma mudança nos preços relativos. Como consequência de um longo congelamento de preços, desequilíbrios nos preços relativos certamente gerariam problemas de oferta e o desenvolvimento de práticas de mercado negro. (PIO, 2001)

Por outro lado, a combinação de congelamento de preços, aumento de salários e baixas taxas de juros fixadas politicamente criou repentinamente um “excesso de demanda” — por exemplo, um nível agregado de demanda incompatível (mesmo no curto prazo) com a capacidade de oferta da economia doméstica. Isso foi ainda mais agravado pela necessidade de promover enormes excedentes na balança de transações comerciais. O crescimento da demanda foi identificado em abril, menos de 60 dias depois do lançamento do Plano.

Naquele ponto, parte da equipe econômica — particularmente Lara Resende e Arida — sabia que o nível agregado de demanda mais elevado teria um impacto negativo sobre o balanço de pagamentos, uma vez que menos produtos estariam disponíveis para a exportação. Além disso, a combinação de limitações na oferta e um teto para as taxas de juros significava que importações seriam necessárias para satisfazer a demanda doméstica, debilitando ainda mais as contas externas. (BAER, 2009)

Para evitar as consequências negativas da demanda excessiva, Lara Resende e Arida defenderam um ajuste fiscal de longo prazo, a ser precedido por um endurecimento da política monetária — isto é, por um aumento substancial nas taxas de juros reais, de modo a reduzir a demanda agregada. O Ministério da Fazenda estava internamente dividido em relação à questão do aumento das taxas de juros. Contrários ao aumento estavam o próprio ministro Funaro e Cardoso de Melo.

O outro auxiliar econômico do ministro, Luiz Gonzaga Belluzzo, tinha uma posição mais próxima à de Lara Resende e Arida, a favor de taxas de juros mais altas. A respeito de outra questão — de que deveria haver um corte geral no nível de gastos do governo —, esse grupo de economistas do Ministério da Fazenda e do Bacen concordava plenamente. Entretanto, devido a provisões legais, os cortes orçamentários estavam sob a responsabili-

dade da Seplan. Nesse sentido, o ministro da Fazenda apoiou um importante princípio da formulação original do Plano: de que o déficit público teria de ser zero. No entanto, a Seplan resistiu aos cortes orçamentários. O ministro da Fazenda também preferia aumentos nos impostos indiretos, — por exemplo, na produção e no consumo de bens particulares — a aumentos nos impostos diretos, como o imposto de renda.

O choque heterodoxo, apesar do diagnóstico correto, introduzia medidas de controle administrativo, principalmente o congelamento, para romper a inércia, o que inevitavelmente congelaria os preços relativos em uma situação de desequilíbrio. Assim, apresenta a desvantagem da não neutralidade em termos distributivos. Ressalta-se que o mecanismo de funcionamento da indexação dos salários e dos ativos ocorre de forma muito distinta, principalmente quando se pensa em termos de proteção que a indexação fornece. Além disso, não há impedimento para os agentes indexarem informalmente, só que, mais uma vez, a capacidade de indexação dos agentes é distinta.

Na proposta de choque heterodoxo reconhece o mérito de eliminar o componente inercial da inflação por meio do congelamento de salários nominais, taxa de câmbio e preços. No entanto, Arida previa grandes dificuldades na administração do congelamento. Destaca que o principal obstáculo ao congelamento geral era a ausência de sincronização nos reajustes dos diversos preços e salários. Acredita que este só teria chances de ser bem-sucedido se fosse implementado com um pacto social forte. (CUNHA, 2006; SINGER, 1987; SARDENBERG, 1987)

Depois de apresentar e defender a reforma monetária, Arida se preocupa com sua viabilidade política. Ou seja, era importante garantir a neutralidade distributiva mantendo a participação dos agentes na renda no nível pré-reforma e garantir que um novo choque distributivo não se manifestasse. Coloca-se então a pergunta sobre a necessidade, ou não, de um pacto social para viabilizar a reforma monetária. A negociação por meio de um acordo possibilitaria uma acomodação das demandas de diversos grupos pela participação na renda nacional compatível com o tamanho dela. Ainda dentro da discussão de pacto social, estabelecia uma diferenciação entre a necessidade de negociar pacto suave ou pacto forte. O primeiro se refere às medidas de políticas que provocam perdas temporárias a determinados grupos, mas há possibilidade de incluir cláusulas compensatórias. O pacto forte, por sua vez, torna-se necessário quando as perdas são permanentes ou contingentes aos desdobramentos do processo econômico. (CUNHA, 2006, p.396)

Na marcante obra *Por Que Não Deu Certo*, Alex Solnik debruça-se a entrevistar os intelectuais do Cruzado. A seu início, Solnik pergunta a Lara Resende se o Cruzado seria uma encomenda de João Sayad.

O Sayad se interessou desde que eu publiquei o primeiro artigo, na *Gazeta Mercantil*. Foi um artigo sobre moeda indexada, uma proposta pra acabar com a inflação inercial que era essência do que depois escrevi com o Pêrsio. O artigo teve muita repercussão. (SOLNIK, 1987, p.17)

A frente, Lara Resende comenta sobre sua relação crescente com Sayad.

Quando Sayad foi ser secretário da Fazenda de São Paulo, em 1983, ele me convidou para ser presidente da Divesp [. . .]. Eu não aceitei [. . .] mas como ele não tinha experiência de mercado financeiro, fiquei assessorando um tempo, e combinamos de que de quinze em quinze dias a gente almoçaria com Sayad, lá na Secretaria da Fazenda. (SOLNIK, 1987, p.17)

Quando Tancredo convidou Sayad para a pasta do Planejamento, logo tornaria a ligar a seu colega. Nascia, portanto, uma relação que se estendia, também, a Pécio, que também seria convidado aos nutritivos almoços. Nascia, também, a disputa entre as pastas da Fazenda, sob o comando de Dornelles e do Planejamento de Sayad, que terminaria, futuramente, com a saída de Dornelles. (SOLNIK, 1987)

Em janeiro de 1986, após um hiato com ar de baixa expectativa, Sayad, Pécio, Chico, João Manoel encontravam-se na casa de Fernão Bracher. Com a inflação batendo 16,23% neste mês, ficava decidido: era a hora de começar. Começava-se a escrita do decreto, com duas datas especuladas: 28 ou uma semana antes, como afirma André. A Cruzada do Cruzado estaria por vir.

2 VISÕES CRUZADAS

Irreconhecível! Essa seria a exclamação de quem comparava a realidade brasileira de antes e depois de 28 de fevereiro de 1986. A mudança de expectativa foi fulminante, graças à credibilidade inspirada pelo Plano, criando-se um arcabouço de apoio popular impenetrável a qualquer contestação mais incisiva à nova política de estabilidade monetária.

“Um dia para ficar na história do país. O presidente Sarney, todo o governo e o povo entram hoje na primeira guerra da Nova República, a guerra contra a inflação.” Assim o apresentador Cid Moreira abriu o Jornal Nacional do dia 28 de fevereiro de 1986, quando foi anunciada a ampla reforma monetária. (REDE GLOBO, 28/02/1986)

Em síntese, o decreto trazia uma reforma monetária, cortando três zeros, e o “Cruzeiro” foi substituído pelo “Cruzado”, seguido de um congelamento de preços, sob o comando do ministro da Fazenda, Dílson Funaro. Essa reforma monetária tinha como objetivo reequilibrar a economia e resgatar o prestígio do governo que já estava um tanto abalado. O “Plano Cruzado I” teve como princípio o congelamento de preços por um ano, e os salários foram congelados, pelo valor médio dos últimos seis meses, mais um abono de 8%. Também foi criado o “gatilho salarial”, toda vez que a inflação atingir ou ultrapassar 20% os salários teriam correção automática com o mesmo índice, mais as diferenças negociadas nos dissídios coletivos das diferentes categorias. A correção monetária foi extinta e criada o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), para correção da poupança e aplicações financeiras superiores há um ano.

O discurso, transmitido em cadeia nacional, chegou com as seguintes palavras à sociedade:

Cada brasileiro ou brasileira será, e deverá ser, um fiscal dos preços. E aí posso me dirigir a você, brasileiro ou brasileira, para investi-los em um fiscal do presidente para a execução fiel desse programa em todos os cantos deste Brasil. Ninguém poderá, a partir de hoje, praticar a indústria da remarcação. O estabelecimento que o fizer poderá ser fechado e ensejar a prisão dos responsáveis. (SARNEY, 28/02/1986)

Assim, estava constituído, desde o primeiro dia do plano, o elo entre o presidente e os consumidores, relação que começou a ser notada já no dia seguinte. Houve situações em que pessoas davam voz de prisão a comerciantes ou determinavam o fechamento de lojas.

O primeiro desses casos foi transmitido pela televisão, no dia seguinte ao anúncio do Plano Cruzado. Naquele 1 de março de 1986, o empresário Omar Marczyński (foto), em Curitiba, protagonizou uma das cenas mais emblemáticas do período.

Figura 2 – Trecho de reportagem do Jornal Nacional sobre a interdição de um supermercado em Curitiba, onde um homem, revoltado com a remarcação de preços, assume o papel de fiscal em defesa do Plano Cruzado



Dentro de um supermercado, Marczynski fechou as portas do estabelecimento. “Eu fecho esse supermercado, pelo roubo abusivo e extorsivos que estão acontecendo em mais de 30 produtos”, bradava, segurando nas mãos dois potes de maionese. Depois de mostrar alguns produtos com preços remarcados, o empresário se direcionou para a entrada do estabelecimento. “Estou fechando em nome do José Sarney, o nosso presidente e presidente da nova República. Está fechado em nome do povo”, exclamou cerrando as portas, sob aplausos de uma multidão. Isolada, a Sunab não conseguia evitar os abusos e o desrespeito ao congelamento de preços. A partir desse episódio, Marczynski ficou conhecido como o “fiscal do Sarney”. Sua reação inspirou outros consumidores, que passaram a se proclamar “fiscais do Sarney”. (JORNAL DO COMÉRCIO; MARINA SCHMIDT, 2016)

Gilnei Rampazzo, então editor-regional de Brasília, recorda: “O Plano Cruzado provocou uma reação popular que ninguém imaginava que pudesse acontecer. O povo realmente foi às ruas, cuidar para que os preços não sofressem alteração. No início, o jornalismo da Globo entrou para valer apoiando o Plano Cruzado, e o povo estava feliz com aquilo. Em Curitiba, um sujeito se impôs o papel de fiscal do Sarney e lacrou um supermercado, porque o estabelecimento tinha remarcado os preços. A Globo filmou. Aquilo foi o máximo de exemplo de exercício de cidadania que se tinha visto até então. Aí pipocou fiscal do Sarney pelo país inteiro.” (REDE GLOBO, 2016)

Nota-se o nível de excitação dos mercados por meio da análise, escrito ao início de 1987, em tom irônico de Ferraciu, em um “artigo especial” para a Revista de Administração Empresarial.

Eta choque heterodoxo! Jogou fora na manhã de um dia todo o colegiado adquirido na dura escola da vida as ruas da experiência da prática comercial, filha bastarda do regime inflacionário. Todos os diplomas conquistados em décadas foram para o bebeléu num dia! Que fazer? O Governo fechou nosso cassino, acabou com a especulação geral e valorizou a produtividade na tentativa de fazer da nossa-desordem uma ordem econômica. Antes, o consumidor fazia compras buscando

ganhar da inflação. Subitamente, seu dinheiro tomou um valor que nunca antes teve e ele não mais precisou se apressar (sic), no que diz respeito ao preço, contando com uma tranquilidade de compras a anular a ansiedade que convivia com ele. (FERRACCIU, 1987, 1)

Figura 3 – Adalberto Teles da Silva, a cunhada Maria de Lourdes e os filhos se manifestam na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte (MG); eles eram Fiscais do Sarney, ou seja, fiscalizavam o congelamento de preços, uma das medidas do Plano Cruzado



Adalberto Teles da Silva, a cunhada Maria de Lourdes e os filhos se manifestam na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte (MG); eles eram Fiscais do Sarney, ou seja, fiscalizavam o congelamento de preços, uma das medidas do Plano Cruzado

O Plano Cruzado teve o efeito imediato de aumentar o poder aquisitivo da população. A inflação, que no primeiro ano do governo Sarney havia chegado a 225,16%, em pouco tempo passou a apenas 2%. O país foi tomado por um clima de euforia.

O resultado imediato do plano foi o retorno da confiança. A mudança de expectativa quanto ao futuro foi de intensa magnitude, graças à credibilidade inicial inspirada pelo Plano Cruzado. O apoio popular foi tão veemente que vozes críticas ao plano (notavelmente sindicatos, agrupamentos políticos e meios acadêmicos) não encontraram eco. Esse primeiro impacto veio a reboque da abrupta queda da taxa de inflação. Em fevereiro de 1986 (às vésperas do Plano), a inflação, mensurada pelo IGP-DI atingira 14,98%, caindo repentinamente a 5,5%, -0,6% e 0,3% nos três meses seguintes. (SANTOS, 2011; BAER, 2009)

O Brasil poderia abrir um precedente: ser o primeiro país, até a sua época, a estancar uma inflação problemática sem mergulhar em uma recessão. Uma necessidade econômica levaria ao povo à guerra aos preços e a legitimação de um frágil nascente – porém, forte em

interesses futuros - governo. Uma necessidade econômica transformara-se em uma mágica que deveria dar certo. (SINGER, 1987)

A percepção desfavorável quanto às perspectivas do país foi substituída pela confiança no futuro, materializando, na população, a mais rápida e profunda alteração de humor recentemente verificada. As avaliações críticas efetuadas por alguns sindicatos, grupamentos políticos e núcleos acadêmicos não alcançavam ressonância e mostravam-se pálidos ante as manifestações de aprovação. Figuras do antigo regime desculpavam-se por não terem tido ideia semelhante, admitindo que o governo anterior não dispunha de credibilidade necessária para implantar política tão audaciosa.

De repente, as ruas se encheram de carros, mais do que de costume, o mesmo acontecendo com lojas, cinemas, restaurantes. Aparentemente, está todo mundo comprando mais e consumindo mais. [. . .] Parece que o “pacote” realizou o milagre da multiplicação dos pães. Será mesmo? (SINGER, 1987, p.82)

Esse primeiro impacto positivo foi consolidado em decorrência da queda da inflação: a taxa mensal em fevereiro de 1986 havia chegado a 22,4%, baixando nos três meses seguintes para 5,5%, -0,6% e 0,3%. Sob esse clima, várias transformações surgiram no organismo econômico. A primeira, ocorreu nos hábitos de poupança. Com o fim da correção monetária e dos rendimentos insuflados pela elevada inflação, os frequentadores das múltiplas modalidades de captação de poupança (salvo a bolsa de valores) transferiram seus ativos financeiros a outras destinações, tais como aumento do consumo, compra de imóveis e mercado de ações. (AVERBUG, 2005)

Os recursos canalizados à bolsa de valores poderiam ter sido fonte de financiamento ao investimento se utilizados na compra de ações primárias, resultantes de novos lançamentos. Porém, privilegiaram aquelas já em poder do público, promovendo apenas uma transferência de posse e tendência à valorização das cotações. Se essa valorização tivesse perdurado por longo tempo, talvez conseguisse induzir mais empresas a recorrerem ao aumento de capital, via lançamento de ações, como forma de financiar seus investimentos.

O governo tentou convencer a população de que, por exemplo, a caderneta de poupança não havia perdido rentabilidade e de que os antigos elevados índices de valorização eram ilusórios, pois, apenas refletiam a inflação. Entretanto, os primeiros meses do cruzado presenciaram a migração das disponibilidades das famílias em direção, principalmente, ao consumo, o que redundou em incremento também na demanda por bens intermediários.

Reagindo de maneira inversa à imaginada pela maioria dos observadores, que anteviam um arrefecimento da demanda familiar, a população transformou-se em um consumidor quase compulsivo. A previsão de arrefecimento provinha da suposta eliminação de compras efetuadas precipitadamente pelos assalariados, à época de inflação elevada, em consequência da convicção de que os produtos encareceriam. (AVERBUG, 2005)

Na questão salarial, os que estavam bem organizados e tinham capacidade de luta se defendiam da inflação mediante a conquista de antecipações salariais, os poucos protegidos, como o da construção civil, teriam de aguentar a galopante inflação tomando,

a mês de fevereiro de 1986, 56,8% de aumento do custo de alimentação, em contraponto ao reajuste de 31,1%. O congelamento, portanto, soaria como um fim ao contraste entre consumo e renda. A março de 1986, de certo modo, colocaria mais dinheiro e poder de compra ao brasileiro.(SINGER, 1987, p.83)

Neste contexto, algumas alterações nos hábitos econômicos da sociedade foram verificadas. A primeira delas foi o abandono, por parte da população, das aplicações financeiras mais populares, particularmente da caderneta de poupança. Com a estabilização dos preços, os rendimentos nominais da poupança caíram substancialmente (mesmo que a rentabilidade real não tenha sido tão afetada), fazendo com que os aplicadores migrassem seus saldos monetários para aplicações mais rentáveis ou ainda, o que foi mais comum, para o consumo (principalmente de bens duráveis e imóveis). (SANTOS, 2011)

O mercado de ações foi o principal destino daqueles que resistiram à tentação do consumo e decidiram manter o dinheiro aplicado. Contudo, esse maior volume de recursos não foi acompanhado por mais lançamento de ações no mercado primário, como resultado grande parte disso foi canalizado para compra de ações em poder do público, no mercado secundário. Embora isso tenha pressionado positivamente a cotação destes papéis, este período foi tão breve que não chegou a representar um incentivo à maior capitalização das empresas nacionais. Conseqüentemente, a migração destes saldos monetários (da caderneta de poupança, CDB's e afins) para o mercado de capital não resultou em um aumento no nível de investimento por parte das empresas.(SANTOS, 2011; SINGER, 1987)

A parte dos recursos, que não foi poupada ou teve como fonte os aumentos reais recebidos pelos trabalhadores, canalizada para o consumo pressionou a demanda por bens e serviços. E isso veio de encontro à tese usual de muitos observadores do mercado, os quais supunham que o consumo das famílias tendia ao arrefecimento, tendo em vista que, em um cenário de preços estáveis, grande parte do volume de recursos anteriormente destinado à compra de bens antes do seu aumento eminente de preços (para estoque) seria poupada. (SANTOS, 2011)

Alguns motivos para esse comportamento dos consumidores já foram explicitados, como a queda dos rendimentos nominais da poupança e o aumento da massa salarial (em virtude da expansão do emprego e acréscimo de renda real). Conforme Averbug (2005), outros fatores a serem destacados foram mudanças fiscais que diminuiriam a retenção do imposto de renda na fonte e, para alguns especialistas, a falta de convicção de alguns compradores na manutenção do mecanismo de congelamento de preços, o que estimularia mais o consumo no presente tendo em vista a perspectiva de aumento dos preços no futuro.(SANTOS, 2011)

Do ponto de vista da oferta, a reação das empresas dependeu, em grande parte, do grau de adaptação de cada uma delas aos respectivos preços congelados. Os setores considerados prejudicados pelo congelamento dos preços recorreram a mecanismos de resistência, não se mostrando muito entusiasmados com o aumento nas vendas. Tais

mecanismos foram: a redução da qualidade dos bens; a introdução de detalhes inúteis nos produtos que permitissem a elevação desproporcional do preço; a diminuição de pesos e volumes; a cobrança de ágio; e a simples retirada do produto do mercado. (SANTOS, 2011)

Pressões inflacionárias ainda persistiam em muitos setores com preços congelados abaixo dos custos. Um congelamento que envelhece e se torna menos efetivo. Festejar a vitória definitiva contra a inflação, a meados de abril de 1986, seria, ao mínimo, prematuro. A inflação brasileira era um modo de vida que se tornou uma segunda natureza, como afirma Singer. (SINGER, 1987; SARDENBERG, 1987)

No que tange ao comércio exterior, os exportadores gozavam de alta lucratividade, já que a taxa de câmbio havia sido congelada em um patamar idêntico ao verificado no ano de 1984 que fora de excelente desempenho para as exportações brasileiras. O saldo acumulado da balança comercial, no primeiro semestre de 1986, ultrapassou a casa dos US\$ 6 bilhões, refletindo o excepcional desempenho das vendas para o estrangeiro. No ano, o resultado ultrapassou a casa dos US\$ 8 bilhões. Embora o aquecimento da demanda tenha provocado sensível aumento na importação de bens de capital e insumos, a diminuição do preço internacional do trigo e do petróleo manteve o valor das importações no mesmo patamar.

A novidade que o Cruzado trazia em sua implantação não estava somente nos controles do Estado nos arranjos de mercado. O Cruzado ia além: *os controles foram generalizados a todos os preços com o intuito ostensivo de sistematizá-los.* (SINGER, 1987, p.88)

Após os primeiros meses do plano, o estrangulamento no abastecimento de alguns produtos assumiram tamanha intensidade, que seria duvidoso atribuí-lo apenas à expansão do consumo. Seguramente, decisões empresariais contribuíram para tal desequilíbrio. Era visível que a economia brasileira estava em xeque. Entretanto, os ajustes necessários ao plano (que deveriam ser contemplados pelo pacote) não foram exatamente os pleiteados pela equipe econômica do governo. Isso porque o Congresso Nacional, altamente influenciado pelo fervor político da proximidade das eleições para a Assembleia Constituinte e governos estaduais, priorizou a aprovação de aspectos políticos do pacote em detrimento dos critérios econômicos. Ademais, o próprio governo ainda gozava da popularidade adquirida pelo plano e neste contexto relutava muito em modificar o sistema de congelamento de preços. Quanto mais este sistema se perpetuava, mais difícil e mais traumático seria o seu abandono. (SANTOS, 2011)

Quatro meses após ser lançado, o Plano começou a fracassar, sobretudo em função do aumento do consumo, da incapacidade do parque industrial de atender às demandas e do boicote de produtores e comerciantes. As mercadorias começaram a desaparecer das prateleiras dos supermercados e os fornecedores passaram a cobrar ágio. Como consequência, a inflação voltou a subir.

“Inflação suíça e crescimento japonês”, célebre frase do então ministro Funaro

marcava o fim do primeiro semestre do marcante Cruzado. Inflação a menos de 5% até junho, em contraste com a acentuada queda da satisfação popular com o Plano.(SINGER, 1987, 88)

Como se explica, pois, essa contradição? Singer discorre:

Obviamente, por algo que as estatísticas não registram: a crescente falta de produtos no comércio, a fixação cada vez mais generalizada de preços acima do nível congelado ou tabelado, a cobrança frequente de “ágios”, tanto de consumidores finais como de empresários e comerciantes. (SINGER, 1987, p.101-102)

Cada vez menos encontravam-se alimentos, como a carne, nas prateleiras. O congelamento de preços, historicamente, apresenta o mesmo resultado: escassez. Do Império de Diocleciano ao Brasil de Sarney. Não há decreto, discurso, esperança ou mágica que faça com que preços se mantenham, ao tempo, congelados sem que haja distorções. O caso da carne mostra bem que não adianta tratar preço a tapa.

Quando entrevistado por Solnik, Sayad comenta:

Não era possível atender a toda aquela demanda de carne. E naquele momento, nós não tínhamos voltado aos níveis de consumo de carne de 1980. Mas o consumo já tinha aumentado 30%. Não existia no Brasil nem no mundo aquela carne. Não adiantava importar, era uma demanda muito forte, uma demanda maluca. (SOLNIK, 1987, p.31)

Neste período, governo resolveu promover desapropriações do chamado “boi gordo”. Elas começaram em outubro em fazendas de três estados do país. As equipes de reportagem do Globo acompanharam a operação realizada pela Sunab e por outros órgãos de defesa do consumidor em Sidrolândia, no Mato Grosso do Sul; Itapura, em São Paulo; e Santa Isabel do Ivaí, no Paraná.

Tonico Ferreira, que esteve em Itapura, lembra que, na ânsia de fazer a operação dar certo, o governo cometeu excessos: “A ordem era trazer duas mil cabeças. Nós ficamos sabendo mais ou menos onde ia ser a desapropriação e fomos lá. Como não havia dois mil bois gordos, pegaram até um gadinho do administrador da fazenda para completar a cota. Depois que eu mandei a matéria naquele dia para o Jornal Nacional, fui conversar com os caminhoneiros que estavam pegando os bois para levar de volta. Um deles falou o seguinte para mim: ‘Em geral eu ponho 17 bois num caminhão e agora estão entrando 23 bois e está sobrando espaço.’ Perguntei o que significava aquilo, e ele disse: ‘É boi magro, não é boi gordo.’ No dia seguinte, fui para onde os bois eram abatidos e, pesando boi por boi, eu comprovei que era boi magro. Eu liguei para o Woile Guimarães (então diretor de telejornais comunitários da Globo) e falei: ‘Woile, tem um problema, é boi magro.’ ‘Você tem certeza?’, perguntou ele. ‘Eu vim aqui conferir e tudo’, afirmei. ‘Então, manda a matéria’, ele disse. E nós mostramos, antes de todo mundo, que aquilo era boi magro. (REDE GLOBO, 2016)

Essa reportagem de Tônico Ferreira foi exibida em 11 de outubro, dois dias depois do início das desapropriações. O repórter explicou que a ação da Polícia Federal, da Sunab e da Receita Federal em Itapura não seguira a orientação estabelecida pelo governo: não tinha sido feito o depósito prévio do pagamento aos pecuaristas e foram desapropriados os bois de um pequeno criador, que dificilmente se enquadraria na classificação de “especulador flagrado em abuso de poder econômico”. Mas o engano maior, segundo Tônico Ferreira, foi o fato de grande parte dos bois desapropriados estar fora do tempo de abate.

Dentre tantas desventuras ainda no começo da Cruzada do Cruzado, Sarney, com orgulho, reconhece em entrevista que o Cruzado caminhava além dos passos de correção das distorções dos preços, era, em sua essência, um plano que deveria sustentar seu governo, a sua imagem pessoal e garantir a constituinte.

Era uma tentativa inovadora. E deu certo. Graças a ele nos fizemos a Constituinte, graças a ele nós fizemos a transição democrática, e mais ainda, ele também foi um plano de natureza política, porque a partir do Plano Cruzado há uma modificação do comportamento da cidadania brasileira. Todo mundo achou “eu sou o fiscal do Presidente.” Passa então o consumidor a ter outra imagem do Brasil. Ali nascia verdadeiramente o sentimento de cidadania. (SARNEY, 2006, 35)

Mesmo sendo alvo de críticas, o Plano Cruzado elevou a popularidade do presidente José Sarney, que manteve o congelamento dos preços até as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte e para os governos dos estados, em novembro daquele ano. Porém, o Cruzado caminhava-se ao seu inevitável fracasso, como veremos no próximo capítulo dedicado a interpretação das diversas visões internas dos intelectuais e políticos integrantes ao Cruzado.

3 VISÕES OFUSCADAS

O tempo estava nublado para o recém-eleito presidente Tancredo Neves, acusado pelo caráter conservador que delineava a sua administração, desprendendo-se das projeções feitas a Aliança Democrática.¹ Na ocasião, era difícil supor qual o modelo econômico marcaria um governo oriundo da união entre desenvolvimentistas e conservadores. A inviabilidade dessa junção é justificada pelos divergentes interesses econômicos no interior da chapa.

Ainda que conservador, Tancredo se colocava contra as políticas de recessão e arrocho salarial. Segundo Sardenberg, o seu discurso oficial enquanto candidato seria trilhar caminhos progressistas, com grandes investimentos na área social, como a expansão do trabalho, o aumento do salário e as melhorias nas condições empregatícias. Contudo, considerava prioritário o combate à inflação por meio da contenção de gastos públicos, política monetária restritiva e crédito curto (SARDENBERG, 1987, p. 76).

Não demorou para ficar evidente que a intenção de Tancredo durante a campanha era equilibrar os pratos ideológicos, enquanto Francisco Neves Dornelles preparava o terreno para comprimir o poder do setor econômico a si e aos colegas da Velha República. Os desenvolvimentistas perceberam o crescimento da figura inflexível de Dornelles, assessor e confidente de Tancredo, que foi responsável por relacionar as cabeças que comporiam a esfera econômica, excluindo nomes significativos do PMDB para compor cargos diretivos, prevalecendo um quadro político tradicional, para assim assumir o controle seguro da política econômica.

Mesmo com a “saída” de José Serra do Ministério da Fazenda, em razão da áspera relação com o presidente e seu braço direito Dornelles por seu passado militante, as lideranças peemedebistas não abriram mão de ocupar espaço na gestão da economia. Lançaram o nome de João Sayad, então secretário estadual da Fazenda de São Paulo. O convite para se apresentar como ministro do Planejamento veio por telefonema de Franco Montoro. Sayad era secretário estadual da Fazenda quando foi cotado para ocupar o cargo, e logo tomou ciência da fragilizada situação em que fora posto.

Paulistano, filho de comerciante, economista, João Sayad construiu uma carreira política sólida: professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP) desde 1968; Secretário Estadual da Fazenda no início da administração de Franco Montoro (1983-1985); Secretário Municipal de Finanças de São Paulo na gestão de Marta Suplicy (2001-2004); Secretário Estadual de Cultura no governo de José Serra (2007-2010); co-fundador e presidente do Banco SRL American Express. Diante desse currículo, o que nos coube a essa pesquisa foi o período em que atuou como Ministro do Planejamento no governo de José Sarney (1985-1987).

¹ Coalizão entre o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e pela Frente Liberal. A chapa foi composta por Tancredo Neves, candidato a presidente, e José Sarney, candidato a vice.

Enquanto secretário estadual da fazenda, João Sayad simpatizava com as propostas de reajuste de preços, reforma monetária e implantação de moeda indexada presentes no Plano LArida² e mantinha contato frequente com os mentores, Pêrsio Arida e André Lara Resende, quando conversavam sobre o programa. No entanto, antes de assumir o cargo, o ministro esteve com Tancredo, conhecia os seus posicionamentos relacionados ao combate da inflação e a influência que Dornelles exercia sobre o presidente (SOLNIK, 1987, p. 18). “Isto é uma loucura.”, frase dita por Tancredo em reunião, quando questionado por Sayad sobre as políticas de desindexação. Nesse episódio, o presidente deixou claro seu receio para implantar políticas “polêmicas” em seu mandato. Por isso, o ministro sabia que teria que dar passos curtos e conquistar pelo trabalho a confiança do superior (SARDENBERG, 1987, p. 93). No excerto a seguir, André Lara Resende contou a Alex Solnik (1987) como foi a abordagem de João Sayad para que ele compusesse sua equipe:

O Sayad me disse: “Olha você escolhe uma das secretarias. . . Nós não vamos poder implementar o seu programa, porque já falei com o Tancredo e ele é contra. Ele não entendeu bem, alguém já fez a cabeça dele e ele se assustou. [. . .] Nós temos que ir com certa calma, o ministro da Fazenda é o Dornelles, que tem mais influência com o Tancredo, pelas suas relações pessoais. Mas pelo trabalho, pela seriedade, acho que nossa posição vai vencer. Queria que você viesse trabalhar com a gente, vamos fazer uma equipe de alto nível” (SOLNIK, 1987 p. 18).

João Sayad recebeu um ministério fragmentado e um poder restrito para a gestão direta da economia. Órgãos como o Conselho Interministerial de Preços (CIP), a Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (SEAP) e a Superintendência Nacional do abastecimento (SUNAB), foram transferidos para o Ministério da Fazenda. De acordo com Sardenberg (1987, p. 91), o ato evidenciava a articulação do presidente eleito para afastar das mãos do PMDB quaisquer responsabilidades administrativas da economia a curto prazo.

Ao Planejamento ficava encarregado de administrar diversas comissões – de Reforma Tributária, de Incentivos Fiscais, de Mordomias –, as quais deveriam, no essencial, apresentar propostas e sugestões a serem oferecidas à Assembleia Nacional Constituinte (SARDENBERG, 1987, p. 91).

Parecia funcionar a receita: dar espaço para a oposição apresentar suas propostas, mas não dar acesso a instrumentos que viabilizam as reformas pragmáticas para o combate à inflação, reservando a sua equipe conservadora e ortodoxa o poder para controlar a administração direta e indireta da economia.

Na tentativa de manter alguma força, João Sayad trouxe Pêrsio Arida para seu ministério e nomeou Edmar Bacha para a presidência da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O comando da política econômica na Nova República tinha caráter conservador, ainda assim, com a desaprovação de Dornelles, a indicação de Pêrsio, a nomeação de Bacha (1985) e a posse de Dílson Funaro a presidência do Banco Nacional

² Em homenagem aos seus mentores André Lara Resende e Pêrsio Arida, a proposta Larida pretendia a superindexação da economia, por meio da introdução de uma nova moeda.

de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), indicava o início de uma disputa acirrada entre conservadores e desenvolvimentistas que se acentuaria nos meses seguintes.

Os ares eram incertos durante os meses de março e abril de 1985. Com o estado de saúde deteriorado, Tancredo Neves estava internado no Hospital Base de Brasília. José Sarney, vice-presidente, assumiu o comando de um governo incompleto. Sua intenção foi manter um espaço pacífico, enquanto esperava uma direção, sem saber se este viria.

Os trabalhos dos setores econômicos não poderiam parar dado o momento, ainda que só Francisco Dornelles tivesse uma orientação a seguir. O principal objetivo era reduzir os índices de inflação e a palavra de ordem foi “É proibido gastar! ”. Seguro, Dornelles anunciou a primeira leva de medidas a serem tomadas:

Corte geral de 10% em todos os gastos públicos; suspensão, por dois meses, de todos os empréstimos dos bancos oficiais; proibição de contratações nas administrações direta e indireta; imposição de regras para que as empresas públicas cumprissem rigorosamente seus compromissos com as dívidas interna e externa (SARDENBERG, 1987, p. 101).

João Sayad demonstrou-se inseguro com tais medidas de elevação de juros, congelamento de preços e o corte de gastos do setor público, acreditando que essas levariam a um “desastre de grandes proporções em pouco tempo” temendo que levassem a uma maior inflação no futuro (SARDENBERG, 1987, p. 101). Se posicionou contrário diretamente com Sarney que demonstrou interesse em ouvir outra alternativa. Para Sayad era o momento de dar os primeiros passos rumo a reorganização econômica. O ministro reuniu-se com Ulysses Guimarães e Pêrsio Arida para que juntos produzissem um planejamento de reforma monetária para combater a inflação inercial brasileira, mas com palavras menos impactantes.

Sua intenção foi não assustar Sarney, que estava lidando com a tensão de assumir a presidência após a morte de Tancredo (04/1985). O presidente sabia que estava lidando com ministros com perspectivas econômicas divergentes. Embora respeitasse as decisões de Dornelles, o caráter das propostas de Sayad o impressionou, tendo em vista que ele estava criando uma imagem com a população e não queria que medidas duras manchassem a representação de seu governo. Para mais, Sarney possuía um perfil era progressista e empreendedor, não fazia sentido para ele estagnar naquele momento.

Foi uma longa disputa: se por um lado tínhamos um ministro que alarmava a respeito do déficit de caixa e a indicava a urgência para o corte dos gastos públicos, por outro lado tínhamos um ministro anunciando o investimento de 12 trilhões de cruzeiros do governo em causas sociais e metas de crescimento. (SARDENBERG, 1987) (SOLNIK, 1987)

João Sayad aproveitou o espaço que estava conquistando para inserir cada vez mais suas perspectivas de combate à inflação. No documento *Diretrizes gerais de política econômica* (1985) a inflação brasileira foi referenciada como inercial, tese que justificava as propostas de reforma monetárias. O acordo tratava:

Primeiro, era preciso preservar e recuperar salários; segundo, não desestabilizar o setor público; e terceiro, aplicar um controle de preços por elevação de custos. Em

seguida a isso, para “romper a inércia inflacionária- definia o documento - seria preciso uma ”política de harmonização ou sincronização dos reajustes de preços e salários“.(SARDENBERG, 1987, p. 112).

Francisco Dornelles não tivera acesso ao documento antes de sua publicação, o que acentuou a tensão entre os ministros. Tensão que era perceptível para a imprensa. Conforme o presidente tentava afastar a mídia dos “burburinhos” dentro dos ministérios, os dois ministros não poupavam esforços para jogar as suas verdades no ventilador, e passaram a influenciar a mídia contra o outro. O excerto publicado pelo *Jornal do Commercio*, intitulado “Guerra no ministério”, evidencia o cenário conflituoso:

Há uma guerra quase aberta no ministério do Presidente Sarney. De início os ministros da fazenda e do planejamento apenas discordavam. Agora as discordâncias estão se acentuando e revelam para o campo político-operacional, isto é, as divergências tornam-se públicas, polarizam círculos empresariais e ganham contornos de batalha campal, onde o perdedor, aparentemente, pode deixar o ministério .(JORNAL DO COMMERCIO, 24 de agosto de 1985, p. 7)

Sarney encontrou no ministro da Fazenda uma barreira que impedia dar continuidade ao projeto de seu governo empreendedor. Nas reuniões e na imprensa mostrou-se cada vez mais firme em seus posicionamentos. Em entrevista coletiva, de acordo com Sardemberg (1987), o presidente declarou que não pagaria as dívidas externas “com recessão, fome e convulsão” (SARDEMBERG, 1987, p.124).

Era o início do fim para Francisco Dornelles. O estopim não partiu necessariamente do ministro, mas de seus assessores. Durante uma reunião com banqueiros, o assessor Sebastião Vital atacou a política governamental, insultando as propostas de Chico Lopes presente no momento. A conversa foi vazada na mídia pelo jornal do Brasil. O clima carregado resultou na demissão do secretário geral da Fazenda. O ocorrido foi noticiado pelo *Jornal do Commercio*:

A demissão do Secretário Geral do Ministério da Fazenda, Sebastião Vital, não foi provocada somente pelo seu pronunciamento aos banqueiros na quarta-feira, durante almoço em Brasília. Segundo fontes do Planalto, ele vinha criando dificuldades para o próprio ministro Francisco Dornelles, através do vazamento de informações da imprensa que nem sempre coincidiam com a opinião do ministro.

[. . .]. Ainda é cedo para constatar se o episódio enfraquece ou não o ministro Francisco Dornelles (JORNAL DO COMMERCIO, 24 de agosto de 1985, p. 7)

Dias depois, em 26 de agosto de 1985, Dornelles assinava sua demissão. A saída foi noticiada oficialmente às 11 horas pelo secretário da imprensa, Fernando César Mesquita, 2 horas após o Presidente José Sarney receber a carta do ex-ministro. Segundo amigos, Dornelles não concordou com o nome que iria substituir Sebastião Vital na Secretaria Geral da Fazenda e acreditava não ter mais espaço no governo Sarney (CORREIO BRAZILIENSE, 27/08/1985, p. 3).

No dia 27 foi noticiada pela imprensa:

Dornelles demite-se e Funaro assume a Fazenda

Mesquita fez o comunicado à imprensa enfatizando: 1) o presidente lamenta a decisão de Dorneles; 2) o substituto será anunciado nas próximas horas; 3) nenhuma decisão do governo será afetada, porque a política econômica continua

sobre controle absoluto do Presidente da República (JORNAL DO COMMERCIO, 27 de agosto de 1985, p. 8.)

A decisão surpreendeu, mas pareceu não abalar o presidente em termos administrativos, visto que ele já pendia para outro caminho econômico, isso pode ser verificado no trecho a seguir:

A decisão de Francisco Dornelles precipita um acontecimento político que a estratégia do Planalto só previa para depois das eleições de novembro. A reforma do ministério para adaptá-lo ao “estilo Sarney de governo”. Não se trata de romper com os critérios políticos que levaram Tancredo Neves a organizar a atual equipe ministerial, mas há indicações precisas de que o “estilo Sarney” contemplará a área técnica com uma fatia maior (JORNAL DO COMMERCIO, 27 de agosto de 1985, p. 8.)

Dílson Funaro aguardava o convite dentro do gabinete de Planejamento, que ocorreu na parte da tarde do mesmo dia. Funaro assumiria, então, o Ministério da Fazenda e “[...] os conservadores estavam fora da política econômica”. (SARDENBERG, 1987, 121)

3.1 O ESTILO SARNEY

A inflação atingiu a marca de 14% no mês de agosto – taxa recorde –, porcentagem que preocupava o Presidente da República e exigia que se posicionasse com relação as medidas interventivas no combate à inflação. Conforme a fala de Fernando Henrique Cardoso, noticiada pelo periódico amazonense, José Sarney esperava que as deliberações econômicas não fossem julgadas como o corolário das divergências entre economistas monetaristas e estruturalistas – marcadas nas figuras de Dornelles e Sayad –, mas resoluções autorizadas e assinadas por ele. Para o presidente, àquele momento deveria ser mantido a política combativa à inflação, o corte moderado de gastos públicos – sobretudo as privadas – e manutenção da taxa de crescimento entre 4% e 5% para geração de empregos (JORNAL DO COMMERCIO, 27/08/1985, p. 8).

A admissão de Dílson Funaro ao Ministério da Fazenda não indicava somente a renovação da política econômica da Nova República, antes, expressava a nova face que o governo Sarney assumiria. A nomeação do ministro simbolizava que o presidente exercia controle sobre a situação. Funaro foi o primeiro ministro nomeado por Sarney e esse deixou claro que a escolha foi pessoal.

O nome do senhor Dílson Funaro já era cogitado pelo Presidente Sarney há algum tempo. A revelação foi feita por um assessor do presidente a um conhecido jornalista de São Paulo, há cerca de um mês e foi até publicado. O presidente, contudo, cogitava, pelo que deduziu, a substituição simultânea dos senhores Dornelles e Sayad, para acabar com as visíveis divergências pelos senhores Funaro e Setúbal, respectivamente. O presidente tinha aliás, um jantar marcado de antemão com Funaro para anteontem (JORNAL DO COMMERCIO, 28 de agosto de 1985, p. 2.)

Empresário renomado, Dílson Domingos Funaro construiu uma extensa carreira diretoria. Ocupou cargos como diretor do Departamento de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) (1956); fundou a Companhia Brasileira

de Peças Industriais (Cobrap), incorporada a Trol S.A. Indústria e Comércio (1967), onde assumiu a diretoria nos anos seguintes e foi dirigente do Sindicato da Indústria de Material Plástico de São Paulo (1969). Iniciou a sua carreira política no secretariado da Fazenda e do Planejamento do Estado de São Paulo durante a administração de Abreu Sodré (1967-1971). Atuava como presidente do BNDES até o momento em que foi convocado a assumir o cargo ministerial. A experiência com o empresariado, o espírito de liderança, que marcavam a sua personalidade, bem como a relação pessoal com o presidente, tornou Funaro o homem que Sarney precisava naquele momento.

Durante a solenidade de posse, Dílson Funaro noticiou que manteve contato com representantes do Fundo Monetário Internacional (FMI) e apontou que o país honraria seus compromissos, mas não sacrificaria a população para isso. Entre seus compromissos, prometeu a baixa das taxas de juros, a redução do déficit social, a negociação das dívidas externas, e a meta de crescimento em no mínimo 5% (CORREIO BRAZILIENSE, 27 de agosto de 1985. n. 8183. p. 3.) Para o ministro, a política de controle de preços seria a principal ferramenta de combate à inflação em sua gestão.

“O povo brasileiro não merece isso”, desabafou o novo ministro da Fazenda, ao comentar a inflação de agosto. [...] O ministro convocou todos os seus assessores e funcionários a trabalharem 24 horas por dia para reverter o processo inflacionário que é um verdadeiro desastre para o país (JORNAL DO COMMERCIO, 30 de agosto de 1985, p. 8)

É perceptível as semelhanças nas convicções do novo ministro da Fazenda e o Presidente da República. Não poderia ser diferente, afinal, Funaro era o ministro de Sarney.

Seguindo a sua posse, Funaro deu início ao trabalho. André Franco Montoro Filho o substituiu na presidência do BNDES. O ministro nomeou Luiz Gonzaga Belluzzo e João Manoel Cardoso de Mello a assessoria do Ministério da Fazenda. Designou André Lara Resende e Fernão Bracher a diretoria e presidência, respectivamente, do Banco Central. A convite de Bracher, Luis Carlos Mendonça de Barros assumiu a diretoria de Mercado de Capitais. O quadro estava renovado. “Os novos titulares da economia tinham às mãos os antigos documentos da COPAG e o conjunto de ideias que haviam formado ao longo do tempo” (SARDENBER, 1987, p.132). No entanto, Funaro julgou necessário aguardar para que os homens pudessem inteirar-se das suas ocupações antes de iniciarem os trabalhos de mudanças estruturais.

Nos bastidores, por outro lado, a reforma monetária era pauta das conversas dos assessores “entre os cafés”. Durante o almoço, em seguida a uma conferência no Rio de Janeiro, os diretores Francisco Lopes e Lara Resende, idealizaram a construção de um grupo de estudos para a discussão de um plano emergencial de combate à inflação inercial.

O cenário havia mudado, a nova composição do governo permitiria que esses economistas que possuíam pensamentos distintos, mas objetivos políticos comuns, encontrassem semelhanças em suas ideias e efetivassem um plano de combate ao regime inflacionário. Assim o fizeram. O grupo contava com João Manoel, Chico Lopes, André, Beluzzo, Pérsio Arida e Luiz Carlos Mendonça de Barros. O propósito dos encontros era discutir propostas,

enquanto os homens se ambientavam e conquistavam a confiança do chefe. Na fala de João Manoel:

Primeiro temos de tomar pé, dominar um pouco os instrumentos. Temos de saber onde estamos, tomar um pouco do tempo do governo, entender as contas públicas, aprender a operar a máquina e, depois, pensar em aplicar as ideias novas (SARDENBER, 1987, p.135).

A expectativa dos dirigentes era grande. Luiz Carlos Mendonça afirmava: “Ninguém me disse que era para fazer uma grande reforma, mas não é possível que, com toda aquela gente lá, não consigamos fazer alguma coisa. Pode ser que não consigamos, mas que vamos tentar, vamos” (SARDENBER, 1987, p.135). Contudo, grupo não era prioridade para o Funaro dado o momento. O ministro se empenhava em conduzir um plano de corte de gastos, denominado “Plano Menor de Combate à Inflação”, que incluía uma política de redução de juros e atenção a dívida pública.

Assim, quando a política econômica estava começando de novo, a história mostrava, de um lado, um grupo de assessores do primeiro escalão que se reunia de maneira oficiosas, informal, à noite, depois do expediente, para pensar algumas ideias novas para uma eventual reforma futura. De outro lado, no lado das atribuições oficiais, os ministros Funaro e Sayad e o presidente do Banco central, Fernão Bracher, encaravam problemas pertinentes e práticos. Algumas divergências colocadas nessa administração do dia a dia já se referiam ao futuro cruzado (SARDENBER, 1987, p.136).

Ainda assim, os encontros do grupo eram inconstantes e, de acordo com Chico Lopes, inconclusivos. Haja vista que não era certo para os membros se receberiam aprovação do governo. Diante disso, Pérsio contatou Sayad para que ele desse um parecer ao grupo. Em um jantar na casa do ministro, ele confirmou que estava a par das movimentações e abraçava a ideia do programa. O aval de uma autoridade do ministério animou os integrantes, sendo assim, o trabalho oficial da equipe teve início em 16 e outubro de 1985 na sede do Banco Central, no Rio de Janeiro. Dois dias intensos de trabalho e o decreto lei da reforma estava pronto. No Art. 1º indicava: “Passa a denominar-se cruzado a unidade do sistema monetário brasileiro, restabelecido o centavo para designar-se a centésima parte da nova moeda”. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS, 1986)

Era o momento de oficializar o grupo. Dílson Funaro e João Sayad optaram por não participarem dos encontros, devido ao receio de que chamassem atenção da imprensa. As reuniões aconteciam na casa de Fernão Bracher, onde o diretor nomeou Pérsio Arida a coordenação do projeto.

Dois meses após a entrada de Funaro no Ministério da Fazenda, a taxa de inflação regredia para 9%. Para mais, o ambiente de trabalho da equipe econômica estava harmônico, fator que alegrava Sarney, que não teria mais que apartar conflitos entre os ministros do Planejamento e da Fazenda. O presidente tinha a sensação de estar regenerando a economia do país. Ainda assim, a inflação incomodava o chefe de Estado.

Sarney tinha o conhecimento do projeto em que o grupo de assessores trabalhavam a todo vapor entre os meses de outubro e novembro de 1985. Era substancial que, antes

da implantação de um programa anti-inflacionário, o déficit público estivesse controlado. Destarte, foi necessário aplicar uma política de contração fiscal, tais medidas que foram organizadas no Programa de Mudanças ao Congresso Nacional, assinado pelo presidente e lançado em 27 de novembro de 1985. Na reunião com o conselho público, Sarney apontava a importância da autorização desse programa:

“As novas medidas econômicas elaboradas pelo governo são fundamentais para garantir os objetivos de redução do déficit social, de queda da inflação, de recuperação do crescimento econômico e do nível de renda dos trabalhadores. Por isso, é vital que eles sejam aprovados pelo Congresso Nacional em nome dos interesses do país e de toda a sociedade” (CORREIO BRAZILIENSE, 27 de novembro de 1985)

O plano – considerado como a reconstrução do Programa de Prioridades Sociais, idealizado por Sayad em abril –, tratava como tópicos as alterações no imposto de renda, os cortes nos setores públicos, o controle da dívida pública e o crescimento econômico e combate à pobreza, porém, com o investimento de 76 milhões de cruzeiros.

Se por um lado as propostas impressionaram os líderes do Congresso – Pimenta Veiga afirmou que o conjunto de medidas o surpreendeu, visto que “privilegiam a classe dos pobres, viabilizam os programas sociais do governo e reduzem o déficit público” (CORREIO BRAZILIENSE, 27/11/1985, p. 9) – por outro, não agradou os dirigentes das estatais, que deveriam zerar o déficit em 1986, tão menos os banqueiros do FMI, que não concordavam com a diminuição taxativa dos juros internacionais e a redução das transferências de recursos do governo.

Outro fator que comprometeu o lançamento do plano, foi a intensa seca entre os meses de agosto e outubro, que viabilizou o aumento de preços dos produtos agrícolas e ameaçava crescer a inflação no mês de dezembro de 1985. O combate gradual a inflação já não era suficiente, estava na hora que colocar em prática o plano emergencial.

Dílson Funaro e João Sayad levaram a questão ao presidente e pediram autorização para o lançamento do programa. Reuniram-se com o grupo de estudos e anunciaram que o programa teria início em dois de janeiro de 1986. Os estudiosos teriam três semanas de trabalho intenso, visto que apenas o decreto-lei estava pronto.

Dia 2 é uma data de fixação do Dílson. E para dia 2 não havia preparação alguma. Fizemos uma reunião na casa do Dílson na primeira quinzena de janeiro, aí eu senti que o João Manoel e o Dílson tinham pulado para trás: “Não, isso é uma loucura, é uma aventura que não dá para fazer!” Mas felizmente o presidente já estava engajado naquela história (SOLNIK, 1987 p. 27).

O índice de inflação aumentava e a perspectiva para o mês de janeiro era ainda mais alta. O lançamento de um programa forte – que elencava o choque heterodoxo era assunto que alvoroçou a mídia.

Pressionado pelos membros do grupo, Funaro adiou a data de lançamento para a terceira semana de fevereiro de 1986. Ainda assim, a tensão era grande, os trabalhos precisavam fluir. Os encontros passaram a ocorrer três vezes na semana e o grupo foi dividido em seis subgrupos: política de abastecimento; financeiro; orçamentos; salários

e preços administrados; política de preços; e *marketing* da transição. Contavam além dos membros do grupo – com exceção de Chico Lopes –, com outros funcionários do Planejamento e da Fazenda –. “Convocamos gente para trabalhar, sem dizer o que era, formamos um grupo pra estudar preços, etc” (Lara Resende, em Solnik 1987, p. 22). E assim, deram seguimento aos preparativos do “Projeto Alpha”, o ritmo era alto e foi necessária muita cautela para que o assunto não vazasse na imprensa.

É interessante destacar que nesse momento já existia certo desconforto por parte de João Sayad a respeito do rumo que as deliberações estavam tomando. Ou melhor, estavam estagnadas. A questão do favoritismo entre o chefe do Executivo e o ministro da Fazenda voltou a assombrar o ministro do Planejamento. Se anteriormente, a relação familiar entre Tancredo e Dornelles, impediu que Sayad tivesse maior participação nas medidas decisórias do setor econômico, agora, a relação pessoal de Sarney com o ministro Funaro, a percepção de Sayad, não dava espaço para sua atuação.

De acordo com Sardenberg (1987), foi opção de João sair do foco da imprensa e do mundo político. Para Sarney, o ministro já teria completado a sua missão – que segundo o autor, foi se posicionar contrário ao tancredismo que vigorava após a morte do ex-presidente –, e talvez fosse necessário renovar a direção econômica do Planejamento, afinal, ele ainda fora escolhido por Tancredo. Era intenção do presidente aplicar uma reforma ministerial, pois ele queria deixar o governo “com a sua cara”. Funaro, no entanto, se posicionou a favor da permanência do ministro:

Eu dizia muito ao presidente que era importante manter a equipe, manter Sayad, para que pudéssemos terminar o Cruzado, afinal era uma que estava trabalhando no mesmo Plano já há tempo. E entrar uma nova equipe no planejamento ia ser problemático (SOLNIK, 1987, p. 46).

André Lara Resende, por outro lado, destacou que a permanência de Sayad era importante para a continuação da reforma, tendo em vista que ele sempre se manteve a favor da execução do programa, Funaro, por outra via “foi muito resistente, até o final. Mas, até por estilo de personalidade, quando decidiu fazer, tomou a dianteira” (SOLNIK, 1987, p. 46).

A centralização voluntária do poder no Ministério da Fazenda, principalmente nas mãos de Dílson Funaro, foi um elemento que, segundo Sayad, atrapalhou a efetivação do projeto. De acordo com o ministro, nunca foi estabelecido a uma parcela do grupo de estudos o encargo de gestão e tomada de decisões. Desse modo, a administração do Cruzado foi deficiente, pois “a Fazenda não abriu mão de executar o plano, apesar de não ter capacidade gerencial alguma”. O Ministério do Planejamento estava enfraquecido, haja vista que o Tancredo o havia desmontado, e “o Ministério da Fazenda se mostrou incompetente administrativamente para gerir tantos poderes (SOLNIK, 1987, p. 28-41).

E, nesse cenário conflituoso, o grupo de reformistas se empenhavam para avançar na organização do Programa “com duas situações agravantes: um ministro enfraquecido politicamente, dado como liquidado; o outro, doente” – o câncer linfático de Funaro recidiu

no final de dezembro.

3.2 NÃO HÁ MARGEM PARA ERRO

“Sarney detona o Plano Cruzado para derrubar a inflação”. Assim foi anunciado, no jornal Correio de Notícias do Paraná (CORREIO DE NOTÍCIAS, 01 de março de 1986 p.1), o lançamento do plano heterodoxo pelo Presidente da República, em 28 de fevereiro de 1986. Tudo funcionava com precisão. Conforme Sardenberg (1987, p. 298-299), o sucesso do programa atingiu nível internacional: era surpreendente a recessão acima de 100% que a inflação atingiu em março, com o crescimento de salários, empregos e da atividade econômica no geral. A população estava em êxtase e os “pais do Cruzado” assumiram o papel de heróis da economia.

Mas não havia mágica. Existia um plano, porém, esse não foi aplicado.

Se o sucesso da reforma estampava a capa dos periódicos à época, os conflitos internos compunham as demais páginas. Duas semanas após a publicação do decreto, a mídia já noticiava as incongruências no interior do grupo.

O congelamento de preços não fazia parte do planejamento original do Programa. André Lara Resende e Pérsio Arida eram contrários a tal medida, mas a sua proposta de manutenção de duas moedas violava a Constituição. “Quando a gente acertou que ia ser um congelamento curtinho – no máximo três meses, estourando – achamos que um congelamento curto não faria um dano muito grande. O diabo é que os três meses viraram onze e aí deu no que deu”, relatou Pérsio a Alex Solnik (1987, p. 90).

De fato, Dílson Funaro reconhecia a importância de realizarem o descongelamento dos preços em até três meses após a introdução da reforma. A propósito, assim que assinado o decreto, a medida tornou-se pauta do grupo. Foi criada uma comissão no Ministério da Fazenda, dirigido por José Carlos Braga e Chico Lopes, para estudarem o descongelamento que haveria de ser aplicado em até 90 dias após o início do Plano.

Para Beluzzo, o problema não estava apenas no atraso do descongelamento, mas no excesso da demanda. Para o economista, a saída era óbvia: controlar a demanda, por meio de medidas fiscais, para dar início ao descongelamento. André relatou que houve resistência por parte da Fazenda e, principalmente, do Planejamento para executar o processo.

Em um artigo noticiado pelo Correio de Notícias, denominado “O congelamento não tem limites”, o ministro do Planejamento, João Sayad, advertiu que o congelamento seria mantido enquanto fosse necessário “nem que isso dure dez anos” (CORREIO DE NOTÍCIAS, 13/03/1986, p.5). Mais tarde, em depoimento concedido a Alex Solnik (1987, p. 30), Sayad mostrou incoerência ao afirmar que sempre foi contrário à continuidade da medida.

“O Congelamento, do ponto de vista conceitual, teórico, é absolutamente nocivo à economia, a longo prazo”, argumentava Lara Resende (SOLNIK, 1987, p. 159). No entanto,

à medida em que sua popularidade crescia, o presidente adiava o assunto.

Através do porta-voz Frota Neto, o presidente Sarney evidenciou que falar o descongelamento de presas neste momento é tentar boicotar o plano cruzado, que está dando certo. Sarney deu um recado a todos os servidores do governo para que se mantenham em silêncio sobre a questão. O presidente teme que a correção de preços possa desmobilizar a sociedade no apoio que dá o pacote econômico. (CORREIO DE NOTÍCIAS, 26 de abril de 1986, p. 1)

O tempo passava, a economia superaquecia e não havia indícios da execução do descongelamento. Lara alertava sobre o perigo de manter o congelamento, em meio ao aumento do consumo interno, para o balanço comercial.

No que tangia ao aumento excessivo do consumo, o ministro do Planejamento responsabilizou a falta do estabelecimento de parceria com os trabalhadores. Segundo Sayad, era fundamental firmar uma lei salarial para controlar o aumento de consumo frente à baixa demanda de produtos. Desde o princípio, Pêrsio mostrou-se contrário à política de abono e gatilho salarial, porque, de acordo com o dirigente, “[. . .] um programa de estabilização não pode ter caráter distributivo”. A sensação de poder econômico, devido à baixa inflação e crescimento da circulação da moeda, iludiu a população e os governantes, o imaginário presente era “agora que a inflação acabou, eu posso gastar” (SONILK, 1987, p. 70). O cálculo tornava óbvio para Pêrsio:

Se há um abono de 10%, na média, os salários ficam com 5% da renda nacional. A renda nacional são, digamos, 250 bilhões de dólares. A massa salarial é 125 bilhões de dólares, 10% disso são 12,5 bilhões de dólares. Ora, supondo que os trabalhadores gastem 80%, isso é equivalente a pôr 10 bilhões de dólares de consumo na mão da economia! De um dia para outro! Isso dá problema, como dois e dois são quatro! (SONILK, 1987, p. 89).

Na formulação original do plano, o aumento salarial seria de livre negociação entre patrões e trabalhadores ou pelas forças do mercado. Entretanto, a sugestão do gatilho salarial, feita por João Manoel, visava garantir que o Programa saísse com uma boa vontade política e popular.

Conforme Belluzzo, não se efetuou uma administração correta entre o aumento salarial e a demanda. A solução descrita por ele, em concordância a Lara Resende, seria o aumento dos juros somado à redução de cortes públicos. “Excesso de demanda se corrige com taxa de juros alta e corte de gastos públicos!” - Ressaltou André Lara Resende (SONILK, 1987, p.133).

Dada a relutância do governo em abandonar o mecanismo de controle de preços, por um lado, e a incapacidade dos produtores em aumentar a oferta, por outro lado, associado a um aumento da renda disponível, o que se verificou foi o crescimento indiscriminado do ágio e do desabastecimento neste período. (SANTOS, 2011. p. 34)

Em janeiro de 1987 a tensão aumentava em conjunto ao retorno do crescimento inflacionário. Na tentativa de amenizar os danos, previa-se a execução de um choque para estabilizar a inflação. No entanto, de acordo com o depoimento de André, os ministros do Planejamento e da Fazenda se posicionaram contrários ao aumento da taxa de juros. Para Funaro, o aumento do consumo era passageiro, tendo em vista que a população estava

recuperando o “consumo atrasado”. João Sayad, por outro lado, acusou Dílson Funaro de impedir a ação de controle. Segundo o ministro, Dílson tinha uma “visão cor de rosa” da situação e era responsável por repassar o otimismo a Sarney.

Outra preocupação de Pécio e Lara Resende, dizia respeito ao aumento de gasto público, que estava longe da projeção de 0% do início do Plano. De acordo com Funaro, a responsabilidade pelo controle do déficit público era do Ministério do Planejamento, sobretudo de Sayad, que se omitiu. Contudo, o crescimento da dívida interna estava ligado ao aumento dos juros remetidos ao exterior, encargo esse do ministro da Fazenda.

O déficit público operacional continuava resistindo e mostrando que o governo não consegue equilibrar as contas públicas, cujos desajustes são apontados como importante fator inflacionário. Ao mesmo tempo, os juros conservam-se em patamares acima do que seria desejável para que economia voltasse a respirar áreas mais saudáveis. O governo não consegue dobrar a resistência dos banqueiros, que continuam praticando os mesmos juros que cobravam antes do plano de estabilização econômica. Os juros puxam os cursos para cima que são outros fatores inflacionário de peso, ameaçando neutralizar todo o programa governamental. (CORREIO DE NOTÍCIAS, 19 de junho de 1986, p.5)

Segundo Funaro, houve uma mudança de postura do governo em relação a dívida externa. Seu posicionamento sempre foi preciso durante os acordos com os banqueiros, mas Sarney evitava a todo custo a trama da dívida, o que dificultou as relações entre as partes. De certa forma, o ministro concordava em não dar continuidade à discussão referente a dívida externa, pois temia que o presidente decretasse moratória e atrapalhasse a sua negociação com os banqueiros.

Sayad ressaltou que o tópico era área exclusiva da Fazenda, e seus posicionamentos geravam atritos com o ministério. Segundo o ministro do Planejamento, a dívida externa nunca foi tratada profissionalmente e acreditava na necessidade de criar uma organização para negocia-la, dada a incompetência da Fazenda para tal (SOLNIK, 1987, p. 111).

Podemos, pois, afirmar que aquilo que começa errado nunca termina certo. Essa frase pode sintetizar todo o percurso da criação ao fim do Plano Cruzado. São variadas as circunstâncias que levaram a falha do programa reformista, sobretudo a falta de consonância entre os sujeitos aqui estudados e um constante sobrepujar dos interesses políticos e partidários durante a sua execução frente ao verdadeiro inimigo: a inflação que devastava uma economia de um país já fragilizado em diversos aspectos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre os anos de 1983 e 1985, a inflação registrava índices de 230% ao ano. Contudo, a previsão para 1986 era de até 400% ao ano. Apesar disso, a condição interna e externa do país era relativamente boa, uma vez que havia superavit nas exportações e os preços do petróleo diminuía no mercado internacional.

Enquanto isso, as contas públicas estavam equilibradas e sem as pressões inflacionárias dos deficits públicos, o que favorecia a implementação de uma reforma econômica mais radical.

Com efeito, se em fevereiro de 1986 a inflação chegou a 14,36%, no mês seguinte, após a implementação do PEE, já havia uma deflação de -0,11 %. Nos meses subsequentes, a inflação se manteve controlada.

Contudo, a política monetária de elevação da taxa de juros para desaquecer o consumo e incentivar a poupança não funcionou como deveria (na realidade, houve saques nas cadernetas de poupança, direcionados para o consumo de bens) e criou-se uma situação de desequilíbrio entre a oferta e a demanda, devido ao consumo em alta. Como o governo não era capaz de controlar seus gastos ou corrigir as falhas com medidas impopulares, o Plano Cruzado começou a demonstrar falhas.

Além disso, o congelamento dos preços impedia que produtores reajustassem seus preços, o que acabou diminuindo a rentabilidade dos produtos ou até inviabilizando a produção, especialmente de gêneros afetados por condições sazonais.

O resultado imediato desse fenômeno foi o desabastecimento de bens e as grandes filas nos supermercados. Apesar disso, o consumo continuava em alta. Por outro lado, o congelamento da taxa de câmbio fez o Brasil perder uma parcela significativa das reservas monetárias internacionais.

Mais ainda, o Cruzado se mostrou repleto de diversos conflitos internos que levaram diretamente ao caminho do fracasso. Um político guiado pela ambição do poder de um governo que nascia enfraquecido, de economistas que, por suas redes políticas, chegariam ao corpo governante com um remédio promissor, mas com falhas internas, que logo seriam ainda mais destacadas pelo estrangulamento do funcionamento da máquina pública brasileira.

Por fim, após as eleições de 15 de novembro de 1986, o PEE fracassou definitivamente e a inflação retornaria com mais força do que no período que antecedeu ao Plano Cruzado. Em 1987, devido à crise econômica desenfreada, o Brasil decreta a moratória da dívida externa. Mesmo assim, o Cruzado continuará como moeda nacional até janeiro de 1989, quando foi substituído pelo Cruzado Novo.

No entanto, o aprendizado geral da execução do Plano Cruzado, de suas redes e teses construídas podem ser compreendidas como fundamentais para os pacotes de estabilização que viriam em seguida, essencialmente no Plano Real. A Cruzada do Cruzado

marca, sem dúvidas, o início de um verdadeiro e definitivo programa de combate à hiperinflação.

Referências

- BAER, W. **A Economia Brasileira**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 2009.
- CORREIO BRAZILIENSE. **Sarney anuncia hoje o pacote econômico**. 27 de novembro de 1985.
- CORREIO BRAZILIENSE. **s/t**. 27 de agosto de 1985. n. 8183. p. 3.
- CORREIO DE NOTÍCIAS. **Déficit não atrapalha o programa**. 19 de junho de 1986, p.5.
- CORREIO DE NOTÍCIAS. **Pacote impressiona os líderes**. 01 de março de 1986 p.1.
- CORREIO DE NOTÍCIAS. **Sarney não quer falar de descongelamento**. 26 de abril de 1986, p. 1.
- CUNHA, P. H. F. A Estabilização em Dois Registros. **Estudos Econômicos**, v. 36, n. 2, p. 383 – 402, Abril-Junho 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-41612006000200008&script=sci_arttext. Acesso em: 13 de abril de 2020.
- FERRACCIU, J. de S. S. Promova-se: não fique congelado, nem de braços cruzados, com o Plano Cruzado. **Revista de Administração de Empresas**, v. 27, n. 1, p. 71 – 73, Janeiro-Março 1987. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75901987000100010&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em: 13 de abril de 2020.
- FORTES, R. Os intelectuais do Plano Cruzado. In: ARTIGO, 2004, Rio de Janeiro. **X Simpósio de Pesquisa em Comunicação da Região Sudeste (Sipec) da Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação)**. Rio de Janeiro, 2004. p. 1 – 12. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/caligrama/article/view/64259>. Acesso em: 13 de abril de 2020.
- JORNAL DO COMÉRCIO; MARINA SCHMIDT. Plano Cruzado foi da esperança à frustração. **Jornal do Comércio**, 02 2016. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2016/02/economia/484324-plano-cruzado-foi-da-esperanca-a-frustracao.html.
- JORNAL DO COMMERCIO. **Dornelles demite-se e Funaro assume a Fazenda**. 27 de agosto de 1985, p. 8.
- JORNAL DO COMMERCIO. **Guerra no ministério**. 24 de agosto de 1985, p. 7.
- JORNAL DO COMMERCIO. **Inflação de 14% deixa o ministro decepcionado**. 30 de agosto de 1985, p. 8.
- JORNAL DO COMMERCIO. **O que não foi dito**. 28 de agosto de 1985, p. 2.
- MORAN, C. A. A.; WITTE, G. A CONCEITUALIZAÇÃO DA INFLAÇÃO E UMA ANÁLISE DOS PLANOS ECONÔMICOS BRASILEIROS DE 1970- 1990. **Revista Teoria E Evidência Econômica**, v. 1, n. 1, p. 1 – 141, Março 1990. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rtee/article/view/4208/2713>.
- MORAN, C. A. A.; WITTE, G. Teoria e Evidência Econômica. **Teoria e Evidência Econômica**, v. 1, n. 1, p. 119 – 141, Março 1993. Disponível em: http://cepeac.upf.br/download/rev_n01_1993_art6.pdf. Acesso em: 13 de abril de 2020.

PEREIRA, L. C. B. A Inflação Decifrada. **Revista de Economia Política**, v. 16, n. 4, p. 20 – 35, outubro-dezembro 1996. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/64-2.pdf>. Acesso em: 13 de abril de 2020.

PEREIRA, L. C. B. A descoberta da Inflação Inercial. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 14, n. 1, p. 167 – 192, Jan./Abr. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482010000100008. Acesso em: 13 de abril de 2020.

PIO, C. A estabilização heterodoxa no brasil: idéias e redes políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, n. 46, p. 30 – 54, Junho 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092001000200002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 13 de abril de 2020.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. DECRETO-LEI Nº 2.283, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1986. **DECRETO-LEI Nº 2.283, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1986.**, 1986. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2283.htm.

REDE GLOBO. Dia Histórico. **Memória Globo**, 02 2016. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/plano-cruzado/dia-historico/>. Acesso em: 10/18/2020.

REDE GLOBO. **Reportagem do Jornal Nacional sobre o anúncio do novo plano econômico do governo Sarney, o Plano Cruzado.**, Rio de Janeiro: [s.n.], 28/02/1986. Disponível em: globo.com/rede-globo/memoria-globo/v/plano-cruzado-1986/2335467/. Acesso em: 10/18/2020.

REDE GLOBO. “Boi magro”. **Memória Globo**, 02 2016. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/plano-cruzado/boi-magro/>. Acesso em: 10/18/2020.

SALOMÃO, I. Do Cruzado à moratória: o legado do experimento heterodoxo. **Revista de Estudos Sociais**, v. 18, n. 37, p. 182 – 197, Abril 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5827662>. Acesso em: 13 de abril de 2020.

SANTOS, R. dos. **O Plano Cruzado: A Síntese de Um Fracasso**. 2011. 68 p. Monografia (Economia) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/35027>. Acesso em: 13 de abril de 2020.

SARDENBERG, C. A. **Aventura e Agonia: Nos Bastidores do Cruzado**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SARNEY, J. Anúncio do Plano Cruzado. Brasília, 28/02/1986. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TOdzFViggrU>. Acesso em: 10/18/2020.

SARNEY, J. **Vinte Anos de Plano Cruzado**. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2006.

SINGER, P. **O Dia da Lagarta: Democratização e Conflito Distributivo no Brasil do Cruzado**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SOLA, L. et al. O Estado da Transição: Política e Economia na Nova República. **Revista de Economia Política**, v. 9, n. 2, p. 149 – 155, Abril-Junho 1989. Disponível em: <http://www.rep.org.br/resenhas/resenhas-34.pdf>. Acesso em: 13 de abril de 2020.

SOLNIK, A. (org.). **Os Pais do Cruzado Contam Por Que Não Deu Certo**. São Paulo: L&PM Editores, 1987.